



Centro Universitário de Brasília – CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES

**Potencialidades dos Processos Psicoterapêuticos na Desconstrução da Bifobia, da
Lesbofobia e do Sexismo**

Amanda Leite Alves

Brasília

Julho de 2022



Centro Universitário de Brasília - CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES

**Potencialidades dos Processos Psicoterapêuticos na Desconstrução da Bifobia, da
Lesbofobia e do Sexismo**

Amanda Leite Alves

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciências da Educação e Saúde do Centro
Universitário de Brasília – CEUB como
requisito parcial à conclusão do Curso de
Psicologia.

Professora-orientadora: Dra. Ana Flávia do
Amaral Madureira

Brasília

Julho de 2022



Centro Universitário de Brasília - CEUB
Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES

Folha de Avaliação

Autora: Amanda Leite Alves

Título: Potencialidades dos Processos Psicoterapêuticos na Desconstrução da Bifobia, da Lesbofobia e do Sexismo

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Ana Flávia do Amaral Madureira – CEUB
Orientadora

Prof^ª. Dr^ª. Flávia Timm – CEUB
Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Tânia Inessa - CEUB
Examinadora

Brasília

Julho de 2022

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, à minha mãe e ao meu pai. Eu amo vocês. Obrigada por todo amor, incentivo e cuidado, e por me proporcionarem o privilégio do acesso à educação.

À minha querida orientadora de pesquisa, professora Ana Flávia Madureira. Obrigada por todo seu esforço e carinho, e pelos ensinamentos que levarei sempre comigo.

À Patrícia, minha melhor amiga e irmã. Te agradeço por tudo.

Aos meus amigos de curso, Milena e Luís, que desde o início da graduação me proporcionaram momentos especiais e felizes. Em especial, agradeço à Lorena. Sua presença e leveza fez toda a diferença do mundo nos nossos últimos semestres juntas.

Ao professor João Modesto, meu primeiro orientador de pesquisa e um dos melhores professores que já tive o prazer de encontrar. Obrigada por acreditar no meu trabalho e pela parceria.

À Carol e à Rafaella, pela escuta!

Aos meus amigos queridos. Sou muito feliz e imensamente grata por ter vocês em minha vida.

A todos/as que já me fizeram sentir em casa. Vocês moram no meu coração.

A todas as pessoas que lutaram e lutam por uma sociedade mais igualitária, justa e pacífica.

Resumo

A presente pesquisa teve por objetivo geral investigar como os processos psicoterapêuticos podem contribuir com a desconstrução da bifobia, da lesbofobia e do sexismo. Foi utilizada uma metodologia qualitativa de investigação, que envolveu a realização de sete entrevistas individuais semiestruturadas virtuais. Para a análise das entrevistas realizadas, foi utilizado o método de análise de conteúdo em sua vertente temática. As entrevistas foram transcritas, e a partir daí, foram construídas três categorias analíticas temáticas: (a) A lesbofobia, a bifobia e o sexismo na sociedade brasileira; (b) Vivências do preconceito: o sofrimento psíquico em discussão; e (c) Os processos psicoterapêuticos na desconstrução de preconceitos e no fortalecimento psíquico de indivíduos. A pesquisa permitiu analisar, de maneira aprofundada, as percepções de mulheres lésbicas e bissexuais, bem como de psicólogas/os clínicas/os. Os resultados indicaram que os processos psicoterapêuticos podem ajudar no fortalecimento psíquico de indivíduos contra diversos preconceitos. Por meio do vínculo e do acolhimento, pode ser proporcionado um espaço de escuta ética fundamental para indivíduos LGBTQ+ pensarem questões importantes relacionadas à identidade sexual. Por fim, é necessário pensar, de maneira crítica, a formação em psicologia e as lacunas que ela apresenta para a formação de profissionais que possam promover, de forma efetiva, a saúde mental e o apoio para os indivíduos que buscarem psicoterapia.

Palavras-chave: Lesbofobia; Bifobia; Sexismo; Psicologia Clínica; Fortalecimento Psíquico.

Sumário

Resumo	v
Introdução	1
Objetivo geral:	10
Objetivos específicos:	10
1. As Mulheres e os Diferentes Tipos de Preconceito: Lesbofobia, Bifobia e Sexismo em Discussão	11
2. O Sofrimento Psíquico em Indivíduos Vítimas de Preconceito	19
3. A Atuação Clínica Frente à Lesbofobia, à Bifobia e ao Sexismo	24
4. Metodologia	29
4.1 Participantes	30
4.2 Materiais e instrumentos	31
4.3 Procedimento de construção de informações.....	32
4.4 Procedimentos de análise	33
5. Resultados e Discussão	34
5.1 A lesbofobia, a bifobia e o sexismo na sociedade brasileira.....	34
5.2 Vivências do preconceito: o sofrimento psíquico em discussão	43
5.3 Os processos psicoterapêuticos na desconstrução de preconceitos e no fortalecimento psíquico de indivíduos	51
Considerações Finais	58
Referências Bibliográficas	60
Anexos	67
Anexo A	68
Anexo B	71
Anexo C	74

Introdução

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo em relação à população LGBTQ+. Essa constatação pode ser observada pelo número de vítimas de mortes violentas no Brasil em 2019, segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB). Ao todo, foram 329 vidas, sendo 297 homicídios e 32 suicídios. Os suicídios se enquadram nessa pesquisa uma vez que “em muitos casos a vítima era egodistônica, vivendo no armário e sofrendo algum tipo de LGBTfobia internalizada devido ao *bullying* provocado por sua orientação sexual ou identidade de gênero reprimidas pela família e grupos relacionais” (GGB, 2019). É importante destacar que as pessoas trans correspondem a um grupo extremamente vulnerável nessas estatísticas.

Para ilustrar essa afirmação, podemos apontar dados preocupantes, encontrados no dossiê¹ de 2021 disponibilizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA). No ano de 2020, foram registrados 175 casos de assassinatos contra travestis e mulheres trans em nosso país, número recorde até então. Nesse mesmo ano, registrou-se o assassinato, ou mais especificamente, o transfeminicídio da vítima mais jovem no Brasil. Keron Ravach, cearense, de apenas 13 anos, tinha 22 anos a menos da idade que uma pessoa trans tem em média de expectativa de vida (35 anos). Nota-se que a média populacional é de aproximadamente 75 anos, conforme o IBGE², sendo assim uma diferença brutal e assustadora.

Infelizmente, a morte de Keron e de pessoas trans não são casos isolados. Indicadores estatísticos confirmam que o Brasil é, repetidamente, o líder mundial de violência contra

¹ Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/05/boletim-001-2021.pdf>

² Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos#:~:text=Uma%20pessoa%20nascida%20no%20Brasil,9%20para%2080%2C1%20anos.>

pessoas trans, principalmente mulheres trans e travestis. A organização TransGender Europe (TGEU) conduz um projeto de pesquisa³ contínuo, comparativo, qualitativo-quantitativo, intitulado “*Transrespect versus Transphobia Worldwide*” (TvT), que monitora atualmente 119 países. A pesquisa em questão revelou que o Brasil responde por 39,8% dos 816 assassinatos de pessoas trans registrados no mundo entre os anos 2008 e 2011 (Jesus, 2016) e, em 2020, respondeu a 43% do número total de 350 pessoas trans assassinadas no mundo. Ainda, entre janeiro de 2008 e dezembro de 2014, foram registrados 1.731 homicídios no país, segundo a Agência Senado⁴.

Diante de uma realidade preocupante como essa, é de fundamental importância nomear e denunciar a transfobia enquanto o preconceito em função da identidade de gênero das pessoas trans. Enquanto pessoas cis que se identificam com o gênero atribuído ao nascimento, pessoas trans não se identificam com ele. Assim, ao desviar-se da “norma” ou do que socialmente é percebido como “natural”, isto é, o sistema binário de gênero – aquilo que comporta dois elementos, nomeadamente dois sexos, feminino e masculino –, as pessoas transgênero, muitas vezes, não têm suas vidas legitimadas (Jesus, 2016; Madureira & Fonseca, 2020).

Nesse sentido, existem diferentes maneiras de vivenciar as identidades de gênero, mas só uma de cobrá-lo socialmente (Fuchs, Hining & Toneli, 2021). Nesse sentido, Preciado (2020) nos ajuda a elucidar essa afirmação de maneira extremamente sensível. Enquanto homem trans, reflete que, para ele, o processo de transição de gênero foi uma das coisas mais lindas e felizes que já fez em sua vida. Reflete que o que é amedrontador e perigoso não é o processo em si, mas a maneira na qual as pessoas que tentam cruzar as fronteiras

³ Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-tdor-2020/>

⁴ Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>

estabelecidas socialmente são tratadas cotidianamente, bem como as ameaças de punição e/ou de morte que recebem.

A pesquisa realizada por Franco e Cicillini (2015) permite visualizar esta desigualdade de cobranças sociais em relação às identidades de gênero a partir do processo de escolarização e inserção na carreira docente de doze professoras trans brasileiras, bem como os obstáculos e resistências que vivenciaram. Os resultados da pesquisa reforçam que a parcela de pessoas trans que consegue concluir seus estudos é muito pequena no nosso país, em decorrência de, muitas vezes, serem obrigadas a permanecer em ambientes hostis desde muito cedo nas suas trajetórias de vida.

A vivência e o aprendizado da cidadania, normalmente, lhes são negados, principalmente pelos obstáculos comumente impostos pelo sistema educacional, que é uma das únicas possibilidades de ascensão social para as camadas menos favorecidas da sociedade brasileira. Assim, essa população enfrenta dificuldades de ascensão social que não estejam vinculadas ao universo da marginalidade e da prostituição. Ainda, cabe destacar que:

No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvos de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido à educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e de violências variadas, de ameaças e agressões e homicídios (...) (Jesus, 2012).

Não obstante, existem outras formas de LGBTfobia (o preconceito e a discriminação contra a população LGBTQ+) que atingem as pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQ+ em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Dentre estas outras

formas, está a violência psicológica, que abrange insultos, ameaças e humilhações, podendo acontecer juntamente com a violência física e em diversos contextos, como na escola, universidade, ambientes públicos, na família, religião, entre outros. O Disque 100 é um serviço oferecido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, para possibilitar qualquer cidadão/ã a fazer denúncias de violações dos direitos humanos relacionadas à população LGBTQ+, entre outros grupos e temas⁵. Em 2017, a maior parte das denúncias relacionadas à comunidade LGBTQ+ recebidas no Disque 100 foram de violência psicológica⁶.

Vale evidenciar que a identidade de gênero e a orientação sexual são elementos de categorização distintos, embora estejam bastante vinculados. No senso comum, muitas vezes, são confundidos como sendo um só conceito.

De forma específica, a orientação sexual se refere à atração emocional, sexual e/ou romântica que uma pessoa tem por outra(s), podendo ser, por exemplo, homossexual (entre duas mulheres ou dois homens), heterossexual (entre uma mulher e um homem) e bissexual (entre uma pessoa por pessoas com gêneros diferentes, como por homens e mulheres, ou mais de dois gêneros, incluindo pessoas com gênero não binário). Também diz respeito a um senso de identidade pessoal e social baseado em tais atrações e pertencimento em uma comunidade cujos membros compartilham essas mesmas atrações e comportamentos (APA)⁷. Logo, sentimentos de pertencimento a um grupo podem favorecer o estabelecimento de uma base segura e familiar, e ajudar a lidar com as ambiguidades na vida cotidiana (Madureira, 2008, citado por Madureira, 2018).

⁵ O serviço também recebe, analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos relacionadas a crianças/adolescentes, pessoas idosas, com deficiência, em situação de rua, entre outros. Além de ser gratuito, está disponível todos os dias da semana, incluindo finais de semana e feriados.

⁶ Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/denunciar-violacao-de-direitos-humanos>

⁷ Disponível em: <https://www.apa.org/topics/lgbtq>

Além disso, é de suma importância considerar as questões de gênero nessas análises, tendo em vista que valores e estereótipos relacionados ao gênero influenciam a constituição da subjetividade dos indivíduos (Baére, & Zanello, 2020; Zanello, 2014). Na mesma direção, Madureira e Branco (2007) pontuam que “(...) não estamos nos referindo a sujeitos abstratos, mas a homens e mulheres inseridos em determinados contextos perpassados por significados culturais que delimitam as fronteiras simbólicas do que é socialmente esperado em relação às masculinidades e às feminilidades” (p. 84).

É importante atentar para alguns pontos importantes no tocante à Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, e o percurso de despatologização das identidades sexuais e de gênero. Durante a maior parte do século XX, atrelava-se a homossexualidade ao campo das doenças. No entanto, marcos significativos aconteceram em 1973 e 1975, respectivamente: a eliminação do termo “homossexualismo”⁸ do DSM (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*) e do CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde) (Santos, 2013).

No entanto, mesmo com tais mudanças, a patologização da sexualidade ainda opera no cotidiano, não mais como “perversões sexuais” ou “homossexualismo”, mas como “transtornos de gênero”, como discorrem Bento e Pelúcio (2012) e levantam questões importantes em termos de reflexão crítica: “Por que diagnosticar o gênero? (...) Quais e como estabelecer os limites discerníveis entre “os transtornados de gênero” e os “normais de gênero”?” (p. 579).

Já no Brasil, a Resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP) foi um marco importante para estabelecer as normas de atuação dos/as psicólogos/as em relação à orientação sexual. Dentre elas estão:

⁸ O sufixo “ismo”, cunhado pelas ciências médicas, expressa uma conotação de patologia. É fundamental apontar a importância da linguagem e seu potencial de manutenção de preconceitos.

Art. 2º - Os psicólogos deverão contribuir, com seu conhecimento, para uma reflexão sobre o preconceito e o desaparecimento de discriminações e estigmatizações contra aqueles que apresentam comportamentos ou práticas homoeróticas.

(...)

Parágrafo único - Os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades.

No entanto, a homossexualidade ainda é percebida por muitas pessoas como algo “anormal”. Setores ultraconservadores e fundamentalistas religiosos tentaram, diversas vezes, suspender esse dispositivo de orientação do exercício dos/as profissionais de psicologia na direção do enfrentamento do preconceito. Além disso, ainda há casos de profissionais da psicologia que se utilizam de discursos falaciosos, remetendo à homossexualidade a noção de “distúrbio”, algo “anormal” ou “perverso”.

Nesse sentido, é pertinente mencionar o caso de Rozângela Alves Justino, que teve seu registro profissional de psicóloga cassado em 17/02/2022, por colaborar com eventos e serviços que propunham tratamento e cura das homossexualidades. Ela já havia sofrido uma censura pública anteriormente, e disse em uma entrevista que “teria “aliviado o sofrimento” de vários homossexuais”⁹.

Isso é relevante visto que vivências e sofrimentos produzidos pela homofobia estimulam sentimentos de culpa, inadequação, dentre tantos outros sentimentos desfavoráveis, podendo levar sujeitos que apresentam uma orientação sexual distinta da

⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/02/18/psicologica-que-oferecia-cura-para-gays-tem-registro-cassado-no-df-e-fica-impedida-de-exercer-profissao.ghtml>

heterossexualidade a procurarem por uma psicoterapia com intuito de “mudar” sua orientação sexual.

Esse ponto é explorado por Vanazzi (2021) em sua pesquisa qualitativa sobre a psicologia clínica diante do fundamentalismo religioso. Foram realizadas seis entrevistas individuais semiestruturadas virtuais com psicólogos/as clínicos/as, acompanhadas da apresentação de imagens pré-selecionadas. Nos resultados, a pesquisadora analisa e discorre sobre a seguinte fala de uma participante: “Eles chegaram até mim com essa ideia (...) foi a demanda inicial. “Eu sou gay e quero deixar de ser porque aprendi que isso é pecado na minha religião”.”.

Esse relato exemplifica que, por vezes, pacientes buscam a psicoterapia apresentando, como queixas iniciais, questões relacionadas a conflitos entre suas crenças religiosas/espirituais e a sua orientação sexual. Então, pode ser necessário trabalhar a percepção do cliente sobre a função da psicoterapia, de maneira a desconstruir perspectivas voltadas, por exemplo, à “reorientação sexual” (Vanazzi, 2021).

Existem, ainda outros e diferentes contextos que refletem preconceitos da sociedade, podendo afetar indivíduos e causando, de diferentes formas, sofrimento psíquico. Nesse sentido, é importante fortalecer a ideia de um espaço de acolhimento do sujeito e construção de novos significados (Vanazzi, 2021) na direção de fortalecer subjetivamente o sujeito, isto é, de modo que tenha mais recursos pessoais para lidar com situações homofóbicas e sexistas no dia a dia, criando redes de apoio, entre outras questões que podem ser significativas para o sujeito.

A pesquisa desenvolvida por Gaspodini e Falke (2018) buscou investigar possíveis relações entre preconceito e crenças sobre diversidade sexual e de gênero em psicólogos/as brasileiros/as. Para alcançar o objetivo, utilizaram um modelo de crenças que as pessoas têm

sobre a natureza da homossexualidade, como, por exemplo, as crenças religiosas, biológicas ou psicossociais.

De forma mais específica, as crenças religiosas estariam ligadas à concepção da homossexualidade como fruto de uma desobediência a Deus ou como fruto de uma fraqueza espiritual. As crenças biológicas estariam ligadas a problemas hereditários ou má formação durante a gestação. As crenças psicossociais estariam ligadas ao modo como as identidades de cada sujeito se formam, pelas práticas culturais presentes nas diferentes sociedades ou das preferências dos sujeitos por essa orientação sexual. Nos resultados obtidos, foi mais frequente, entre os/as psicólogos/as participantes do estudo, a crença em uma natureza psicossocial da homossexualidade, bissexualidade e transexualidade, que está associada a menores índices de preconceito (Gaspodini & Falke, 2018).

As/os psicoterapeutas devem, portanto, investir em seu autoconhecimento e se permitir questionar sobre suas crenças pessoais, religiosas/espirituais, entre outras, pois seus próprios preconceitos podem ter efeitos danosos em sua atuação profissional. Assim, atuarão em consonância com o compromisso ético da Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, de colaborar com a promoção da saúde e do bem-estar das pessoas.

Portanto, para a promoção da dignidade humana, bem como o enfrentamento da violência, discriminação e opressão (Lionço, 2017), é estabelecido no Código de Ética Profissional do Psicólogo, no princípio fundamental II., que “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá na eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (CFP, 2005, p. 7).

Cabe salientar que a educação é fundamental para a promoção de mudanças e para o desenvolvimento do pensamento crítico (Pérez-Nebra & Jesus, 2011). Os processos educacionais ocorrem em contextos diversos, formais (como em escolas e universidades) ou

não formais (como nas redes sociais e nas famílias) (Madureira & Fonseca, 2020). Nesse sentido, Madureira (2013) ressalta que a/o psicóloga/o é, antes de tudo, um/a profissional da saúde, o que implica a necessidade de construir e implementar ações para promoção do bem-estar e da saúde das pessoas inseridas nos contextos de sua atuação profissional (Madureira, 2013).

Nessa perspectiva, acredito que os processos psicoterapêuticos apresentam potenciais educativos, incluindo, considerando o foco de análise da presente Monografia, a população LGBTQ+ e as mulheres, na direção da prevenção do sofrimento psíquico e de promoção de reflexões críticas acerca de valores, normas e crenças. Os processos psicoterapêuticos podem se configurar, portanto, como espaços acolhedores das pessoas e seu sofrimento, promotores de saúde e de construção de novos significados, em sintonia com a discussão desenvolvida por Vanazzi (2021).

É imprescindível destacar, também, que estamos vivendo em nosso país na atualidade um cenário social e político delicado, em que o autoritarismo ameaça o sistema democrático do nosso país, promove o ódio em relação ao que difere das normas tradicionais, em vários sentidos, o que dificulta que as pessoas sejam quem são. A produção acadêmica se configura como uma possibilidade de resistência, ou seja, de re-existência, um espaço para discutir, de forma crítica e reflexiva, sobre diferentes tipos de preconceito, tais como a bifobia, a lesbofobia e o sexismo. Em especial, resalto que o recorte analítico da presente pesquisa foi pensado a partir da escassez e do apagamento das vivências de mulheres lésbicas e bissexuais em diferentes âmbitos.

Assim, considerando a discussão apresenta da anteriormente, é importante investigar as potencialidades dos processos psicoterapêuticos na desconstrução da lesbofobia, da bifobia e do sexismo a partir da perspectiva de mulheres lésbicas e bissexuais, bem como a partir da perspectiva de psicólogas/os clínicas/os.

Como problema de pesquisa delimitado, procurou-se responder as seguintes questões: Como os processos psicoterapêuticos podem contribuir com a desconstrução da bifobia, da lesbofobia e do sexismo na visão de mulheres bissexuais e lésbicas? Como psicólogas/os clínicas/os percebem as potencialidades dos processos psicoterapêuticos nessas questões específicas?

Serão apresentados, a seguir, o objetivo geral e os objetivos específicos da pesquisa realizada. Adiante, as seções teóricas com as discussões das temáticas relacionadas ao tema desta pesquisa. As seções teóricas estão divididas em três tópicos: 1) As Mulheres e os Diferentes Tipos de Preconceitos: a Lesbofobia, a Bifobia e o Sexismo em Discussão, 2) O Sofrimento Psíquico em Indivíduos Vítimas de Preconceito, e 3) A Atuação Clínica Frente à Lesbofobia, à Bifobia e ao Sexismo. Posteriormente, é descrita a metodologia utilizada, seguida pela apresentação e discussão dos resultados mais significativos, considerando as categorias analíticas temáticas construídas. Por fim, são apresentadas as considerações finais acerca da pesquisa realizada.

Objetivo geral:

Investigar como os processos psicoterapêuticos podem contribuir com a desconstrução da bifobia, da lesbofobia e do sexismo.

Objetivos específicos:

- Analisar as perspectivas de mulheres lésbicas e bissexuais acerca das experiências que tiveram em psicoterapia sobre as suas vivências em relação à sua orientação sexual e identidade de gênero.

- Analisar as perspectivas de mulheres lésbicas e bissexuais, bem como psicólogas/os clínicas/os, sobre como a psicoterapia pode contribuir na desconstrução de preconceitos, como a lesbofobia, a bifobia e o sexismo.

1. As Mulheres e os Diferentes Tipos de Preconceito: Lesbofobia, Bifobia e Sexismo em Discussão

Ao discorrer sobre a construção identitária de mulheres lésbicas e bissexuais, é necessário explicitar a conceituação de preconceito adotada no presente trabalho. Assim, poderemos discutir sobre os preconceitos que permeiam as relações humanas, e mais especificamente, a lesbofobia, a bifobia e o sexismo.

O preconceito é um fenômeno social e psicológico, muito presente nas relações cotidianas, e muitas vezes de forma sutil (Madureira & Branco, 2012). As autoras (Madureira & Branco, 2012) discutem que o preconceito também traz implicações na maneira em que os sujeitos vivenciam, em termos afetivos e cognitivos, suas experiências cotidianas, bem como a forma que organizam sua compreensão sobre si mesmos e sobre o contexto que estão inseridos.

Já a discriminação é o preconceito posto em ação (Madureira & Branco, 2012). Estes conceitos estão bastante vinculados, visto que tais práticas discriminatórias são sustentadas por ideias negativas preconcebidas, relacionadas a grupos sociais específicos, também conhecidas como estereótipos negativos. O conceito de estereótipo será abordado, de maneira mais aprofundada, posteriormente nesta seção.

Dessa maneira, o preconceito integra as esferas da cognição, da emoção e da ação. O preconceito se sustenta fortemente pela emoção (Madureira & Branco, 2012) e, como bem pontuam as pesquisadoras, “não é por acaso que a tarefa de desconstruir preconceitos seja (...) tão árdua, que não é simplesmente vencida com argumentos racionais ou provas empíricas” (p. 130). Para o recorte analítico realizado na presente pesquisa, focalizaremos a homofobia, definida pelo medo e ódio em relação à homossexualidade, e o sexismo, que promove a (suposta) superioridade de um gênero em relação a outro (Borrillo, 2009).

Nessa perspectiva, Madureira (2018) apresenta a conceituação de identidades sociais enquanto fenômenos de fronteira. A autora nos instiga a pensar que o ato de construir significados seria impossível em um mundo onde não houvesse tensões e ambiguidades entre semelhanças e diferenças, evocando a imagem metafórica das membranas celulares semipermeáveis como fronteiras para o transporte de substâncias dentro do nosso corpo, sendo que a sobrevivência dos organismos depende do seu funcionamento (Valsiner, 2007, citado por Madureira & Branco, 2012).

Nos deslocando de um nível de análise biológica para um nível sociológico, essas fronteiras podem ser, como mencionado, semipermeáveis, ou podem se tornar barreiras simbólicas rígidas, que não permitem trocas de experiências ou comunicação com os/as que estão ‘fora’ do que é conhecido e valorizado. Isto é, com aqueles/as que são socialmente conhecidos como “diferentes” (Madureira & Branco, 2012).

Além disso, identificar a existência de fronteiras simbólicas que perpassam as sociedades permite que busquemos outros caminhos para compreender fenômenos importantes para a psicologia, como, por exemplo, a construção das identidades sociais (a exemplo das identidades de gênero), e suas relativas dinâmicas e tensionamentos entre endogrupos e exogrupos¹⁰, bem como preconceitos e práticas discriminatórias (a exemplo do sexismo) (Madureira, 2018; Madureira & Branco, 2012).

Além disso, conforme é discutido por Madureira & Branco (2007)¹¹, “os processos identitários funcionam como coordenadas culturais no processo de constituição da subjetividade, além de posicionarem os sujeitos concretos em suas relações com os diversos

¹⁰ Endogrupos e exogrupos remetem à ideia: “nós” *versus* “eles”. Endogrupo é o grupo no qual um indivíduo pertence e se identifica (nós); exogrupo é o grupo no qual um indivíduo não pertence e/ou não se identifica (eles), aqueles percebidos como “diferentes”, conforme anteriormente mencionado.

¹¹ Nesta pesquisa, foram entrevistados/as seis homens e quatro mulheres de classe média de Brasília que se reconhecem como pessoas que apresentam uma orientação sexual distinta da heterossexualidade, com objetivo de analisar os processos identitários relacionados às questões de gênero e às orientações sexuais, articulando os significados culturais e a constituição da subjetividade.

grupos sociais existentes nos contextos culturais em que estão inseridos” (p.82). Essa perspectiva permite problematizações em relação à maneira em que identidades de gênero e identidades sexuais são tradicionalmente vistas, ou seja, como identidades imutáveis, estáticas (Madureira & Branco, 2007).

No que diz respeito às identidades de gênero, é importante destacar que gênero é um conceito analítico fundamental para compreender diferentes fenômenos (Madureira, 2007). Scott (1995) define gênero como um elemento constitutivo de relações sociais, fundamentado nas diferenças percebidas entre os sexos, sendo uma forma primeira de significar as relações de poder. Assim, o gênero atribuído no momento do nascimento é construído socialmente (Jesus, 2016), ou, atualmente, até mesmo antes dele. Cabe mencionar que nas últimas décadas, tecnologias como o ultrassom permitem descobrir o sexo biológico dos bebês por volta da vigésima semana de gravidez.

Segundo Louro (1999), a descoberta a partir da afirmação “é um menino” ou “é uma menina” inicia um processo que, supostamente, deveria seguir uma determinada direção e, articulando com a discussão desenvolvida por Butler (1993, citada por Louro 1999), tal afirmação desencadeia um processo de definir esse corpo como um corpo feminino ou masculino. Esse ato de definição, por sua vez, ocorre mediante a seguinte lógica cultural: o sexo é visto como algo que determinará o gênero (masculino/feminino) e uma única forma de desejo (heterossexual) (Louro, 1999), configurando um mecanismo de reprodução da ordem social (Borrillo, 2009).

Cabe salientar que a infância e a adolescência são períodos do desenvolvimento em que construções hegemônicas de gênero são aprendidas por meio da família, escola e/ou religião (Freitas, Santos, Silva & Santos, 2021). As meninas, por exemplo, aprendem “como deve ser uma mulher” na sociedade: brincam com brinquedos de cozinha, são ensinadas a serem “boazinhas”, obedientes, femininas e quietas. Mais ainda, é esperado que continuem se

adequando a padrões binários e heteronormativos ao longo dos anos. Tais processos de socialização das meninas (assim como dos meninos) têm profundas relações com os estereótipos.

De forma mais precisa, estereótipos são crenças atribuídas (de forma consciente ou não) a um grupo ou pessoas (Rodrigues, Assmar & Jablonski, 1999), isto é, são generalizações, muitas vezes, imprecisas e resistentes às novas informações (Myers, 2014). São, portanto, formas de categorizar grupos sociais de formas positivas ou negativas. Os estereótipos positivos podem valorizar e visibilizar certos grupos, enquanto os estereótipos negativos reforçam o preconceito (Pérez-Nebra & Jesus, 2011).

É importante evidenciar e problematizar os estereótipos negativos no tocante ao gênero, como, por exemplo, que as mulheres são frágeis. Alguns indicadores permitem questionar essa afirmação: mulheres no Brasil vivem cerca de sete anos a mais que homens (IGBE, 2019)¹² e, no Brasil, são chefes de família cerca de 35% dos casos¹³, em parte resultante da inserção das mulheres de classe média/alta no mercado de trabalho. Tal inserção vem se tornando mais significativa nas últimas décadas.

Nessa perspectiva, Madureira e Branco (2012) destacam que tanto a homofobia quanto o sexismo se retroalimentam. Enquanto invenções culturais que colaboram com o desenvolvimento e a manutenção de fronteiras simbólicas rígidas, acabam por se constituir em preconceitos contra diversos grupos historicamente discriminados (Madureira, Holanda, Paula e Fonseca, 2021).

Portanto, a delimitação das identidades sexuais resulta de um amplo processo histórico e cultural de normatização da sexualidade, a partir do qual a identidade heterossexual é definida como “normalidade”, e esta por sua vez pressupõe um constante

¹² Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3097/tcmb_2019.pdf

¹³ Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf

processo de estigmatização das identidades sexuais não hegemônicas¹⁴, percebidas assim como “anormalidade” (Madureira & Branco, 2007). Então, para indivíduos que apresentam uma identidade sexual não hegemônica e que existem em contextos socioculturais marcados (em algum nível) pela homofobia, essa concepção de “normalidade” exclui outras possibilidades de vivência da própria sexualidade (Madureira & Branco, 2007).

Embora mudanças econômicas, sociais, históricas e culturais impactem a compreensão de como a sexualidade é vivenciada, os preconceitos e as práticas discriminatórias cumprem a função de manter o poder de grupos historicamente privilegiados. Ou seja, cumprem uma função estratégica na manutenção do *status quo*. Essa manutenção se dá por reforçar as desigualdades sociais existentes, informar o (suposto) ‘lugar natural’ dos indivíduos na sociedade de acordo com as normas binárias, e legitimar as relações desiguais de poder (Foucault, 1996, citado por Madureira, 2013).

Assim, é importante ressaltar que a homofobia cumpre a função de “guardiã das fronteiras” (hetero/homo) e de gênero (masculino/feminino). Portanto, se dirige àqueles/as que transgridem essas fronteiras e desafiam as hierarquias ancoradas no sistema binário de gênero e na heteronormatividade, como as pessoas transgêneros, homossexuais, bissexuais, homens sensíveis e mulheres que não correspondem às definições tradicionais de feminilidade (Borrillo, 2009). Ela “nada mais é que uma manifestação do sexismo, ou seja, da discriminação de pessoas em razão de seu sexo (macho/fêmea) e, mais particularmente, de seu gênero (masculino/feminino)” (Borrillo, 2009, p. 22).

Em outras palavras, a homofobia geral (Borrillo, 2009) opera para discriminar indivíduos que apresentem características socialmente consideradas do outro gênero, ao

¹⁴ A conceituação de identidades sexuais não hegemônicas foi privilegiada pelas pesquisadoras, ao invés de homossexualidade, uma vez que o termo hegemonia destaca dimensões importantes como as relações de poder, os mecanismos de exclusão e os preconceitos (Madureira & Branco, 2007).

engessar as fronteiras do gênero (Welzer-Lang, 2001), não se limitando aos homens gays e às mulheres lésbicas, por exemplo. Não obstante, existe a homofobia específica, por sua vez, refere-se a uma intolerância referente, sobretudo, aos gays e às lésbicas, permitindo então explorar novas terminologias oriundas da homofobia, como a lesbofobia. Nesse sentido, cabe mencionar que as mulheres lésbicas sofrem uma violência diferente dos homens gays. Por um lado, ela é duplamente menosprezada: por ser mulher e por ser homossexual. Por outro, mulheres lésbicas estão submetidas a processos de invisibilização ao longo da história (Borrillo, 2009).

Nessa direção, Junqueira (2010)¹⁵ observa que comumente se associa o fato de que a sociedade aceita demonstrações de afetos entre as mulheres a uma suposta tolerância relacionada à lesbianidade. O que não é verdadeiro, pois as mulheres também sofrem práticas discriminatórias relacionadas à sua identidade gênero. Além disso, os processos de silenciamento e negação das mulheres, de seus corpos e de sua sexualidade continuam vigorando, por exemplo, nos discursos de que “é apenas uma fase”, acompanhados de medidas para inibir comportamentos como “selinhos” entre meninas nas escolas, como exemplifica Junqueira (2010).

No entanto, as discriminações são mais frequentes ou explícitas em relação às mulheres consideradas mais “masculinas”, que tendem a se tornar mais identificáveis e alvos fáceis de violências (Junqueira, 2010). Portanto, é importante destacar que os estereótipos de gênero são utilizados na direção de uma espécie de controle da sexualidade. De maneira ilustrativa, à medida que algumas mulheres fogem dos estereótipos de gênero, elas podem ser imaginadas como “sapatão”, visto que mecanismos heteronormativos são acionados para

¹⁵ Este artigo explora a relação entre currículo e heteronormatividade no espaço cotidiano escolar, por meio de problematizações de relatos de profissionais da educação. Dessa forma, é possível refletir sobre processos de (re)produção das normas de gênero e da heteronormatividade relacionados às experiências escolares.

exercer uma espécie de controle da sexualidade e manutenção das fronteiras (hetero/homo) e de gênero (masculino/feminino) (Borrillo, 2009), reforçando a homofobia.

Além disso, a reprodução do sexismo pode ocorrer por meio de práticas institucionais e, também, por meio de práticas informais cotidianas, sobretudo operando na manutenção de fronteiras simbólicas rígidas e hierárquicas entre a masculinidade e a feminilidade. Tais fronteiras delimitam simbolicamente os espaços físicos e sociais destinados aos homens e às mulheres, como, por exemplo, bares para homens e cozinha para mulheres (Madureira, 2018).

Nessa perspectiva, a violência de gênero se configura como um problema social persistente nas sociedades, que se perpetua na medida em que resistências ultraconservadoras estão em diversos espaços sociais visando, entre outros objetivos, manter a hegemonia do poder masculino nas relações entre homens e mulheres e a condição de subalternidade feminina, baseada nas hierarquias de gênero historicamente estabelecidas (Almeida, 2014).

Tendo em vista que o sexismo aparece, junto com a homofobia, como elementos centrais do sistema binário de gênero e da heteronormatividade, a bifobia está relacionada com esta última na medida em que estimula a não aceitação de desejos voltados tanto para mulheres, quanto para homens (Rosa, 2017), em outras palavras, que se direcionam a mais de um gênero. Por esse motivo, pessoas bissexuais são, muitas vezes, vistas como “confusas”, que “não sabem o que querem”, ou que estão “passando por uma fase”. Argumentos como estes são exemplos de tentativas de minar a legitimidade da bissexualidade.

Imprescindível enfatizar que muitos indivíduos bissexuais sofrem violências simbólicas por meio da invisibilidade ou ilegitimidade. Por outro lado, ao envolverem-se com indivíduos do mesmo gênero, podem estar mais passíveis de violência, mas socialmente considera-se que “ainda têm alguma chance de salvação” por também desejarem/se relacionarem com o sexo oposto (Toledo, 2008).

Assim, é necessário compreender, de maneira mais aprofundada, o sofrimento psíquico gerado pela LGBTfobia em indivíduos com identidades sexuais não-hegemônicas, foco de análise da próxima seção teórica.

2. O Sofrimento Psíquico em Indivíduos Vítimas de Preconceito

Retomando o conceito de homofobia, podemos pensar sobre como ela pode, de diferentes formas, impactar profundamente gays, homens e mulheres bissexuais, e lésbicas. Uma delas é a homofobia internalizada. Segundo Castañeda (2017) “a maioria dos homossexuais na sociedade atual, mesmo aqueles que se aceitem como tais, carrega em si um conflito existencial permanente (...)” (p. 143). Ainda, a autora levanta o seguinte questionamento:

(...) o que acontece quando uma pessoa é exposta, desde sempre, a certa ideia? Acaba por interiorizá-la: torna-a sua, adota-a sem mesmo se dar conta disso, como tantas outras ideias que acabam por fazer parte de sua educação. Assim, a homofobia torna-se “natural”: torna-se um valor implícito e inconsciente, gerando reações imediatas, automáticas e, aparentemente, instintivas (p. 146).

Borges (2009) esclarece que, desde cedo, indivíduos que apresentam variações em relação aos padrões socialmente esperados (masculino/feminino), estão sujeitos a serem alvos de críticas, castigos e até abusos –físicos, emocionais e/ou sexuais. Sem compreender os motivos de serem tratados dessa forma, internalizam que existe algo de “errado” com eles. À medida em que crescem, tendo maior esclarecimento da natureza afetivo-sexual de sua diferença, sentimentos de culpa e vergonha se juntam aos sentimentos de medo. São estes três sentimentos que configuram o núcleo da homofobia internalizada (Borges, 2009).

No entanto, Borges (2009) ressalta que nem sempre esta é a queixa inicial dos pacientes LGBTQ+ que chegam à clínica. Em geral, procuram a terapia para resolver dificuldades familiares, profissionais ou de relacionamentos. As manifestações clínicas da

violência homofóbica (física ou emocional) variam com o grau de auto aceitação dos indivíduos em relação à sua identidade não-heterossexual (Borges, 2009).

Por vezes, há repressão ou deslocamento desta violência interiorizada, aparecendo como uma violência para com os outros ou a si mesmos, como a depressão e atitudes autodestrutivas – automutilação e ideação/tentativas de suicídio. Também são comuns: isolamento social, baixa autoestima, ansiedade, confusão emocional, dependências químicas, e/ou depreciação de outros indivíduos LGBTQ+ (Borges, 2009; Toledo e Pinafi, 2012). Esta depreciação aparece como uma forma de um indivíduo descontar os seus próprios sentimentos e desejos, que julga indesejáveis, no outro. Em outras palavras, “eu não gosto disso em mim, então vou ferir o outro”.

A pesquisa realizada por Rosa (2017) pode ilustrar alguns exemplos dos impactos psíquicos que a LGBTfobia pode causar nos indivíduos. Por meio de entrevistas semiestruturadas com seis pessoas da comunidade LGBTQ+ e duas psicólogas clínicas que adotam a abordagem psicoterapêutica da Gestalt-terapia, o autor discute que a LGBTfobia é um fenômeno amplo e rigidamente restritivo às liberdades individuais, e para preveni-lo, são necessárias articulações com as instituições sociais, como escolas e universidades, e a ressignificação de valores culturais específicos.

Então, é trabalho das/os psicoterapeutas conseguirem identificar a homofobia internalizada como pano de fundo dessas dificuldades, para assim ajudar as/os clientes a perceber e reduzir os efeitos nocivos (Borges, 2009). Alguns comportamentos e atitudes das/os pacientes são sinais que as/os psicoterapeutas devem estar atentas/os, como o medo de ser “descoberta/o” (mesmo quando não há riscos) (Borges, 2009).

Também é possível que esses indivíduos se isolem afetivamente, social e/ou sexualmente, além de provocar esforços para ‘compensar’ um ‘defeito’ – segundo os critérios ancorados na heteronormatividade que perpassa a nossa sociedade –, apresentando auto

exigências, atitudes hiper-críticas em relação a si mesmos/as e aos outros, e perfeccionismo em diferentes áreas da vida. É comum também ocorrer o oposto, não acreditando serem capazes de realizar certas atividades (Borges, 2009; Castañeda, 2007), ocupar cargos, entre outros.

Junqueira (2010) discute que a heterossexualidade presumida é outra forma de violência, sutil, que invisibiliza pessoas não heterossexuais. Acredita-se, a partir dela, que não exista homossexuais em determinado ambiente, ou, no mínimo, que deve ser “passageiro”, ou que vai “se resolver” uma vez que ele/a encontrar a pessoa “certa”. Ao presumir que todos são heterossexuais, se torna mais difícil expressar e reconhecer outras orientações sexuais como legítimas. A escola é um desses contextos. Louro (1999) destaca que a escola é um dos espaços mais difíceis para indivíduos conseguirem “assumir” que são homossexuais ou bissexuais, pois a homossexualidade é negada e ignorada, não abrindo espaço para que adolescentes assumam seus desejos, sem culpa ou vergonha.

É importante analisarmos algumas estruturas aprisionantes da homofobia, como é expresso na metáfora do armário. Borges (2009) discute que ser gay, lésbica ou bissexual não significa apenas se relacionar afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo gênero, ou de outros gêneros no caso da bissexualidade, mas principalmente se reconhecer como tal e adotar, em alguma medida, se identificar com este grupo. Nesse sentido, o desenvolvimento de uma identidade, digamos, lésbica ou bissexual, está intimamente ligada ao “assumir-se”, “sair do armário” (tradução da expressão “*to come out of the closet*”, em inglês).

Embora esse processo esteja ligado à consciência e reconhecimento desses indivíduos em relação aos seus pensamentos e sentimentos homoafetivos (Borges, 2009), há um outro lado da moeda. Sedgwick (2007) analisa o conceito de epistemologia do armário: existe uma possibilidade muito grande de que, até mesmo indivíduos que expressam e assumem

abertamente suas identidades sexuais em termos subjetivos ainda estejam no armário com pessoas importantes para eles.

A autora (Sedgwick, 2007) analisa que, em diferentes contextos, é preciso novamente “sair do armário” e ter que lidar com a incerteza de que sua identidade é algo relevante para as outras pessoas, e como elas reagirão. Ainda, ela traz o exemplo de que, indo a um cartório ou banco, até mesmo o indivíduo mais assumido pode ter que apresentar um documento que demonstre uma união estável com outra pessoa do mesmo gênero. Este simples fato pode fazer com que aquela pessoa que está o atendendo tenha um tratamento diferenciado.

Conforme menciona Borges (2009), alguns estudos indicam que lésbicas tendem a se assumir mais tarde que os gays. Uma suposição é que os padrões de comportamentos culturalmente atribuídos à masculinidade e à feminilidade sejam responsáveis por essa diferença: meninas podem exibir comportamentos afetuosos (sem envolvimento sexual) entre si sem desconfiança sobre sua orientação sexual, enquanto meninos que demonstrem qualquer aproximação afetiva com outros meninos já podem remeter a uma suposta “tendência homossexual”. Isto é, diferentemente das meninas, o envolvimento afetivo entre meninos já é visto como indicador de homossexualidade.

Ainda sobre a metáfora do armário, Madureira e Branco (2007) discorrem que, no caso das pessoas que apresentam uma identidade sexual não hegemônica, “(...) é construída uma “uma rede intrincada de ‘ditos’ e ‘não-ditos’” (p. 86) para administrar quem sabe ou não sobre sua orientação afetivo sexual. Este mecanismo, muitas vezes, requer um investimento pessoal que pode gerar intenso sofrimento psíquico.

Conforme discutido por outros autores (Borges, 2009; Toledo & Pinafi, 2012), tais questões são efeitos da homofobia, construída cultural e socialmente, cujos efeitos não atingem apenas indivíduos LGBTQ+ (sendo vítimas da homofobia, pela vivência da

homossexualidade), mas também indivíduos heterossexuais (no sentido de expressá-la, ou seja, sendo homofóbicos) (Toledo & Pinafi, 2012).

Em suma, o sofrimento psíquico relacionado às questões de orientação sexual pode ser desencadeado por diversos fatores, como, por exemplo, pela homofobia internalizada, por não conseguir sair do armário, pelas tentativas de se “encaixar” nas normas sociais ancoradas na heteronormatividade e, assim, não viverem com maior autenticidade. As vivências e dificuldades encontradas, por vezes desde muito cedo, se dão em diversos contextos, como na igreja, escola/universidade, ambiente de trabalho, nas relações interpessoais cotidianas, etc. Acredito que a Psicologia e os processos psicoterapêuticos, de forma mais específica, sejam fundamentais na desconstrução dos preconceitos, buscando contribuir com o desenvolvimento dos indivíduos em sua totalidade, incluindo suas orientações sexuais.

3. A Atuação Clínica Frente à Lesbofobia, à Bifobia e ao Sexismo

Para uma compreensão mais aprofundada sobre como os processos psicoterapêuticos podem contribuir com a promoção de saúde e bem-estar de indivíduos LGBTQ+, em destaque, considerando o nosso foco de análise, mulheres lésbicas e bissexuais, retomamos a discussão desenvolvida por Castañeda (2007). A autora reflete que o objetivo da clínica voltada ao público LGBT não é fazer o indivíduo viver feliz apesar de sua orientação sexual, mas, de fato, *graças* à sua orientação sexual.

Nesse sentido, é pertinente abordar a perspectiva da terapia afirmativa, proposta por Klecius Borges (2009). Na perspectiva em foco, a homofobia é a principal responsável pelos diferentes conflitos que um indivíduo LGBTQ+ pode vivenciar, e não a homossexualidade/bissexualidade¹⁶ em si, que por sua vez são expressões naturais, espontâneas e positivas da sexualidade humana, e de forma alguma inferior à heterossexualidade (Borges, 2009).

As autoras Toledo e Pinafi (2012) propõem que a clínica deve permitir uma reflexão positiva sobre suas experiências e relações com pessoas do mesmo gênero ou de mais de um gênero. Ressaltam, ainda, que o trabalho psicoterapêutico deve ser orientado não no sentido de adequar a/o paciente LGBTQ+ aos padrões heteronormativos, mas sim que a/o ajude a construir uma existência na qual possam ser quem são. Para isso, o trabalho psicoterapêutico não deve estar ancorado em preceitos ou crenças morais, religiosas e suposições/manifestações heterossexistas que façam referência a um modelo predeterminado de “normalidade”, de qualquer espécie. s/os psicoterapeutas devem estar, portanto, conscientes e atentas/os a estes fatores destacados (Toledo & Pinafi, 2012).

¹⁶ Ou outra orientação sexual diferente da heterossexualidade.

Ainda, conforme discutem Madureira et al. (2021), existe uma visão tradicional da psicologia que se ancora no individualismo e na patologização das pessoas. Esta visão está, frequentemente, associada ao essencialismo biológico, utilizado diversas vezes para justificar práticas discriminatórias. Contudo, felizmente, problematizações e avanços têm ocorrido nesse sentido. Um caminho possível para ir na contramão do essencialismo biológico é considerar a gênese social do psiquismo humano¹⁷, buscando compreender, de maneira mais aprofundada e crítica, os mecanismos sociais e culturais que fomentam o sofrimento (físico e psicológico) em indivíduos pertencentes a diferentes grupos sociais, historicamente marginalizados, em termos de gênero, orientação sexual, pertencimento étnico-racial, entre outros (Madureira et al., 2021).

Moleiro e Pinto (2009) realizaram uma pesquisa qualitativa sobre práticas psicoterapêuticas com pessoas LGBTQ+ em Portugal. Foram realizadas entrevistas com quatro participantes (uma mulher lésbica, um homem gay, uma mulher bissexual e um homem trans) buscando explorar expectativas e experiências nos processos de intervenção clínica. Dentre os resultados encontrados, observou-se que as expectativas sobre as/os psicoterapeutas envolveram a capacidade das/os mesmas/os de não permitir as influências de seus valores no trabalho clínico, auxiliando as/os clientes nas suas questões pessoais.

Os autores sugerem que a competência de psicoterapeutas para trabalhar com indivíduos pertencentes a diferentes grupos sociais se sustenta por meio de três dimensões: da consciência de suas crenças, valores e preconceitos; do conhecimento sobre grupos minoritários, seus valores, práticas, processos de discriminação e estigmatização, modelos de aculturação e desenvolvimento da identidade; e de competências específicas para avaliar e intervir ética e eficazmente com esta população, como, por exemplo, procurar literatura,

¹⁷ Um dos pressupostos centrais da psicologia cultural, bem como de outras correntes teóricas socio-genéticas (Madureira et al., 2021).

formação e supervisão específicas acerca da temática LGBTQ+, em consonância com as recomendações éticas e orientadoras da APA (2000) (Moleiro & Pinto, 2009).

Em sua pesquisa, Silva (2017) buscou compreender de maneira mais aprofundada os efeitos da homofobia na construção das identidades sexuais não-hegemônicas e o papel da/o psicóloga/o na promoção da saúde. Foram entrevistadas três pessoas com orientações afetivo-sexuais distintas da heterossexualidade, que se reconhecem desta forma, e três psicólogos/as que atuam na área da saúde e na área clínica. A autora destaca a importância da construção de vínculos empáticos e redes de apoio dos indivíduos LGBTQ+, além da possibilidade de estar em espaços acolhedores para ajudá-los durante o processo de autoconhecimento e autoaceitação. Esse processo pode incluir o ato de contar para familiares e/ou amigos sobre sua identidade sexual, enfrentar cobranças sociais, dificuldades dos outros de lidarem com sua orientação sexual e os sentimentos que podem emergir nesse percurso.

Castañeda (2017) pode contribuir nessa discussão. A autora argumenta que, quando indivíduos descobrem ou assumem uma identidade minoritária (como ser negro ou judeu), eles tomam consciência dos custos desta identidade, mas também seus benefícios. Em outras palavras, podem sentir-se marginalizados, incompreendidos ou até mesmo excluídos da sociedade, mas também ingressam a uma coletividade e ganham senso de pertença. Em muitos casos, a identidade minoritária implica um senso de comunidade, e pode inclusive ser motivo de orgulho.

No entanto, ao se tratar de uma identidade sexual minoritária (como ser gay ou lésbica), parece não haver benefícios visíveis de primeira. Na realidade, assumir a homossexualidade ou bissexualidade nem sempre significa chegar em casa, não obstante pode parecer um exílio. Além disso, difere-se de outras minorias que contam com um passado familiar e social que ensinaram o que significa pertencer a essa minoria: um judeu sempre foi judeu, e faz parte de uma comunidade judia. Já um gay ou uma lésbica, por

exemplo, pode não ter modelos ou experiências prévias (Castañeda, 2017). Nesse sentido, é imprescindível a escuta atenta da/o psicoterapeuta para a construção de um sentimento de pertencimento da comunidade enquanto fator de proteção, sobretudo com as/os que estejam sofrendo violências e ameaças em casa e pela família.

Segundo Toledo e Pinafi (2012), é importante pensar nas produções científicas de nossa sociedade pautada pela heteronormatividade, discutindo de maneira crítica os referenciais teóricos utilizados no debate sobre a sexualidade. Faz-se necessário tecer reflexões sobre os instrumentos teóricos-conceituais utilizados para pensar e interpretar a sexualidade, principalmente levando em consideração as transformações das últimas décadas em diferentes esferas – como nas subjetividades e nas instituições sociais.

Outro ponto que deve ser destacado nesta discussão é a ilusão da neutralidade. No que se refere ao contexto escolar, há um suposto olhar neutro no qual se baseia a educação ainda hoje, em que professoras/es poderiam entrar em uma sala de aula sem sua bagagem cultural e histórica. Entretanto, as autoras pontuam que não há nada neutro em educar, visto que seus métodos e conteúdos tem determinadas intencionalidades pedagógicas. Essa suposta neutralidade dos professores e da própria estrutura da escola é destacada pelo autor como cúmplice de um pressuposto fundamental da vida contemporânea: de que todos são heterossexuais até que se prove o contrário. Em outras palavras, uma ferramenta para a construção da heterossexualidade compulsória (Miskolci, 2016).

Assim, é possível pensar sobre este ponto em relação às/os futuras/os psicólogas/os em formação. Toledo e Pinafi (2012) discutem que essa pseudoneutralidade científica juntamente com julgamentos de cunho moral e religioso têm servido como “disfarce”, pois no fundo incitam a estigmatização e a discriminação, ou seja, mais uma forma de preconceito especialmente –mas não somente– com a população LGBTQ+.

Entendo que a graduação em Psicologia é o primeiro contexto da formação profissional para abordar as questões aqui discutidas, dentre inúmeras outras. Durante esse período, as/os estudantes devem ter maior contato com temáticas referentes à diversidade LGBTQ+, discutindo as identidades sexuais e de gênero que existem, as formas de sofrimento que as atingem, buscando informações sobre atividades voltadas para esse público, como, por exemplo, grupos de apoio.

Deve ser um espaço de preparação para as/os futuras/os psicólogas/os atenderem essa população com a dignidade, o conhecimento e o acolhimento que merece. Além disso, é importante que possa proporcionar às/aos alunas/os, futuras/as psicólogas/as, espaços dialógicos favoráveis ao desenvolvimento de reflexões críticas sobre as próprias crenças e preconceitos, bem como recursos para atuar na direção de promoção de saúde e bem-estar dessa população.

Como Miskolci (2016) afirma: “(...) o aprendizado como algo que se constrói incessantemente em um diálogo com o que nos causa estranheza, ou seja, no contato com a diferença” (p. 8). É de fundamental importância que, durante a graduação em Psicologia, esteja em foco o potencial educativo do conhecimento no sentido da prevenção do sofrimento da população LGBTQ+ e de mulheres decorrente de preconceitos, como a lesbofobia, a bifobia e o sexismo. Além disso, que tais potencialidades educativas estejam igualmente presentes no contexto de atuação clínica das/as psicólogas/as, considerando o foco de análise da presente Monografia.

4. Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa sobre as potencialidades dos processos psicoterapêuticos na desconstrução da lesbofobia, da bifobia e do sexismo, foi utilizada uma metodologia qualitativa de investigação que permite o desenvolvimento de análises aprofundadas na exploração das informações que foram construídas a partir das entrevistas realizadas (Minayo, 2016). Cabe ressaltar que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, dos motivos, aspirações, crenças, entre outros aspectos entendidos como parte da realidade social (Minayo, 2006).

Diante disso, a presente pesquisa utilizou o método qualitativo, inspirado na Epistemologia Qualitativa desenvolvida por González Rey (1997). A Epistemologia Qualitativa é uma proposta epistemológica alternativa ao positivismo, cujas implicações no plano metodológico rompem com características como: a crença no empreendimento científico como algo neutro, a visão instrumentalista na produção de conhecimentos científicos e a separação entre sujeito pesquisador e objeto de estudo (Madureira & Branco, 2001).

Assim, são apresentados, a seguir, os três princípios fundamentais da epistemologia qualitativa, desenvolvida por González Rey (2005).

- 1) O conhecimento possui caráter construtivo-interpretativo, isto é, está intrinsecamente relacionado à necessidade de dar sentido às expressões e construções dos sujeitos estudados;
- 2) A produção do conhecimento possui caráter interativo; a dimensão interativa é essencial no processo amplo de produção de conhecimento, visto que é um atributo constitutivo desse processo, e não se limita às relações pesquisador/a-participante;

- 3) A legitimidade do singular como via de produção teórica no âmbito das pesquisas qualitativas.

Portanto, a pesquisa qualitativa busca analisar um nível de realidade sem quantificá-lo, pois, ao se aprofundar no universo de significados, crenças, valores e atitudes, tais fenômenos dificilmente podem ser traduzido em números e indicadores quantitativos (Minayo, 2006; 2016).

4.1 Participantes

Foram entrevistados/as, ao todo, sete participantes, maiores de idade, todas/os integrantes da população LGBTQ+, divididos em dois grupos. O primeiro grupo foi formado por duas mulheres lésbicas e duas mulheres bissexuais, que estejam ou que já estiveram em processo psicoterapêutico. O segundo grupo foi formado por três psicólogas/os clínicas/os, atuantes há, pelo menos, 3 anos, que utilizam distintas abordagens psicoterápicas.

A seleção das/os participantes foi realizada via rede interpessoal da pesquisadora. As/os participantes (nomes fictícios) e seus dados demográficos são apresentados a seguir, na Tabela 1.

Tabela 1.

Características das participantes mulheres.

Nome	Orientação sexual	Curso	Idade
Mia	Bissexual	Letras Aplicadas	21 anos
Luiza	Bissexual	Psicologia	21 anos
Letícia	Lésbica	Jornalismo	22 anos
Paola	Lésbica	Economia	24 anos

Características das/os participantes psicólogas/os.

Nome	Orientação sexual	Abordagem psicoterapêutica	Idade
Gabriela	Bissexual	TCC	25 anos
Flávio	Gay	Teoria da Subjetividade	29 anos
Jana	Lésbica	TCC	26 anos

Cabe esclarecer que qualquer informação que possa identificar as/os participantes foi omitida, garantindo o sigilo em relação às identidades pessoais e mantendo o compromisso ético com as/os mesmas/os.

4.2 Materiais e instrumentos

Na presente pesquisa, foram utilizados os seguintes materiais: um computador com acesso à internet para a realização das entrevistas online (através do Google Meet), o gravador do celular da pesquisadora e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Anexo A). Foram utilizados, ainda, os seguintes instrumentos: um roteiro de

entrevista semiestruturada para as participantes da comunidade LGBTQ+, mais especificamente mulheres lésbicas e bissexuais, e outro roteiro para as/os psicólogas/os clínicas/os (Anexo B). A pesquisa foi inteiramente custeada pela pesquisadora.

4.3 Procedimento de construção de informações

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP CEUB. Após ser aprovado (Anexo C - CAAE: 57071222.9.0000.00230), a pesquisadora convidou indivíduos que correspondiam aos critérios de seleção das/os participantes. Foi marcada uma entrevista virtual com cada pessoa que aceitou participar através da plataforma Google Meet. É importante salientar que ainda estamos vivenciando uma grave crise sanitária devido à pandemia de COVID-19 e, portanto, as entrevistas foram realizadas virtualmente, prezando pela saúde e segurança das/os participantes e da pesquisadora.

Antes do encontro, foi enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) por WhatsApp. Cada participante expressou oralmente sua concordância de participar da pesquisa no momento inicial da entrevista. Realizou-se, portanto, a entrevista semiestruturada, a qual foi gravada em áudio, com a concordância das/os participantes e, em seguida, transcrita integralmente. No total, foram realizadas sete entrevistas individuais semiestruturadas virtuais.

Madureira e Branco (2001) discutem que as entrevistas no contexto de pesquisas qualitativas se constituem como um espaço dialógico, perpassado pelos significados co-construídos pelo/a participante e pesquisador/a. Além disso, o vínculo entre ambos/as cumpre uma função essencial como fator facilitador de maior envolvimento pessoal dos participantes com a pesquisa em si. Assim, o estabelecimento de um vínculo de confiança e a utilização de questões amplas pode colaborar significativamente com a produção de informações

relevantes no momento empírico (González Rey, 1999, citado por Madureira e Branco, 2001; Madureira & Branco, 2001).

Conforme é discutido por Minayo (2016), a entrevista tem o objetivo de construir informações pertinentes aos objetivos da pesquisa realizada. De forma mais específica, foi utilizada a entrevista na modalidade semiestruturada. Por meio de perguntas abertas e fechadas, o/a entrevistado/a pôde discorrer sobre o tema em questão sem se prender à questão formulada. Ademais, existem vantagens dessa modalidade de entrevista no processo de análise, pois a partir do roteiro de perguntas, são encontrados, com maior facilidade, pontos de divergência e convergência das falas das/os participantes.

4.4 Procedimentos de análise

Foi utilizado o método de análise de conteúdo em sua vertente temática (Gomes, 2016), que possibilita analisar o que está por trás dos conteúdos explícitos nas falas, permitindo ao/à pesquisador/a fazer interpretações mais profundas. Segundo o autor, na análise de conteúdo temática, o conceito central é o tema, e a partir dele são criados núcleos de sentido que articulam os pressupostos teóricos utilizados na pesquisa, os objetivos delimitados e as falas das/os participantes.

As entrevistas foram transcritas pela pesquisadora e, considerando os objetivos da pesquisa, foram elaboradas categorias analíticas temáticas para nortear o trabalho interpretativo. Mais especificamente, as categorias analíticas temáticas construídas foram:

- a) A lesbofobia, bifobia e o sexismo na sociedade brasileira;
- b) Vivências do preconceito: o sofrimento psíquico em discussão;
- c) Os processos psicoterapêuticos na desconstrução de preconceitos e no fortalecimento psíquico de indivíduos.

5. Resultados e Discussão

Nesta seção, serão apresentados e discutidos os resultados mais significativos da pesquisa de campo realizada, organizados a partir das categorias analíticas temáticas anteriormente mencionadas.

5.1 A lesbofobia, a bifobia e o sexismo na sociedade brasileira

A homofobia e o sexismo são fenômenos que estão vinculados um ao outro (Borrillo, 2009, Madureira & Branco, 2012), embora sejam diferentes. Enquanto invenções culturais, contribuem para o processo constante de criação e manutenção de fronteiras simbólicas rígidas entre homens e mulheres, entre a população heterossexual e a população LGBTQ+. Isto é, a homofobia é uma peça-chave para que o sexismo se sustente. De acordo com a discussão desenvolvida por Madureira (2007), o sexismo corresponde à distinção rígida entre os gêneros de forma integrada às relações de poder desiguais para demarcar essas relações desiguais.

Nessa direção, uma pergunta feita a todos os participantes foi se eles percebiam diferenças para com o tratamento de homens da comunidade LGBTQ+ em relação às mulheres da comunidade LGBTQ+. Algumas das participantes (mulheres e psicólogas clínicas) percebem que essa diferença de tratamento está ligada à identidade de gênero, isto é, ao ser mulher na sociedade, como nos seguintes relatos:

“(vejo) toda (diferença) porque (...) toda a sociedade é orientada para homens, então existe uma aceitação muito maior dos homens gays, eles estão em todos os lugares. (...) uma campanha publicitária LGBT sempre colocam homem gay, casal gay (...) eu sinto

que um gay não é aceito, óbvio que tipo ainda existe muita homofobia, mas da sigla eles são os que mais são aceitos, né (...)” (Letícia)

“(...) não sei se você já viu uma imagem que tem o L, o G bem grandão, o T que é uma cruz caída assim... então assim o G grandão é o lugar de maior privilégio, sabe, dentro da comunidade. São homens, a maioria são cis então eu acho que acaba que eles estão no lugar de mais, de ter mais voz (...). As mulheres passam por ser mulher também, que já é muito complicado nessa sociedade patriarcal, então acho que o relacionamento entre mulheres lésbicas e bissexuais são mais desvalidados pelas pessoas” (Gabriela).

A partir dos trechos apresentados anteriormente, cabe pensar sobre a invisibilização da sexualidade de mulheres lésbicas e bissexuais. Conforme discutido por Junqueira (2010), a lesbofobia, e suas diversas formas de manifestação, costuma figurar entre as menos perceptíveis formas de homofobia. Isso pode ser explicado especialmente graças aos processos de invisibilização a que as lésbicas, em grande parte, estão submetidas na sociedade.

A falta de representatividade nos comerciais e propagandas, exemplificada por Letícia, muitas vezes reflete em uma sensação de apagamento, de não pertencimento, enquanto mulher que se relaciona com outras mulheres. Este ponto é evidenciado por meio de outra fala da participante Letícia, que quando questionada sobre como é viver enquanto lésbica na sociedade, responde que *“é meio solitário porque eu não me vejo em canto nenhum (...)”*.

A representatividade é fundamental, visto que se trata de ter referências de outros indivíduos do mesmo grupo existindo, sendo representados em diferentes contextos. De acordo com Castañeda (2017), quando um indivíduo descobre ou assume uma identidade

minoritária, ele toma consciência dos custos desta identidade, mas também dos seus benefícios. Podem, talvez, sentir-se marginalizados, incompreendidos ou até mesmo excluídos da sociedade, mas também ingressam em uma coletividade e ganham senso de pertencimento. Em muitos casos, a identidade minoritária implica em um senso de comunidade e pode, inclusive, ser motivo de orgulho.

A seguinte fala de Luiza também remete aos processos de silenciamento das mulheres, seus corpos e suas sexualidades (Junqueira, 2010), mas em uma direção um pouco diferente, quando a participante afirma que: “(...) *tudo é mais questionado quando nós somos, assim, mulheres, nossos desejos são sempre mais questionados e menos autorizados, né, na sociedade (...)*”.

Ao longo da história, socialmente foi-se construindo significados culturais para as diferenças biológicas entre homens e mulheres: o homem “naturalmente” seria dominador, violento, viril, aquele que possui força e poder, que deve estar inserido na vida pública, e é esperado que tenha desejos afetivos-sexuais por mulheres. A mulher, no entanto, “naturalmente” seria frágil, passiva, cuidadora, voltada para a vida privada, e é esperado que tenha desejos afetivos-sexuais por homens (Bourdieu, 2005; Scott, 1995).

É nesse ponto em que se articulam os estereótipos de gênero. Os estereótipos por serem generalizações, muitas vezes, imprecisas e resistentes às novas informações (Myers, 2014), categorizam grupos sociais de formas positivas, neutras ou negativas. Os estereótipos negativos reforçam o preconceito (Myers, 2014; Pérez-Nebra & Jesus, 2011) como, nesse caso, os estereótipos de gênero reforçam o sexismo.

Portanto, foram construídas expectativas sociais em relação ao modo de como ser homem e mulher na sociedade, e como cada um pode expressar seus desejos e comportamentos afetivos-sexuais (Madureira & Branco, 2007). O que foge desta estrutura,

ancorada no sistema binário de gênero, tende a não ser aceita socialmente. Em outras palavras, as fronteiras simbólicas rígidas reforçam o binarismo existente em nossa sociedade.

De forma mais precisa, Madureira (2007) apresenta a conceituação de preconceitos como o sexismo, o racismo, a homofobia, etc, enquanto fenômenos de fronteira: “são (pré)concepções negativas relacionadas a um grupo social específico que apoia práticas de discriminação contra esse grupo social” (p. 226). Portanto, são estabelecidas fronteiras simbólicas entre o que o sujeito se identifica e o que não se identifica. De acordo com a rigidez ou impermeabilidade das fronteiras, haverá mais ou menos trocas e interações entre os lados. Dessa forma, mais especificamente, quanto mais as fronteiras simbólicas rígidas circunscritas à homofobia e ao sexismo forem mantidas, maior a tendência à manutenção das desigualdades entre distintos grupos presentes na sociedade. Por exemplo, entre pessoas de identidades sexuais hegemônicas e não-hegemônicas, e entre homens e mulheres (Madureira, 2007).

Quando questionada sobre suas vivências como mulher na sociedade, Mia refletiu sobre o âmbito profissional em que está inserida. Atualmente, ela é estudante de línguas estrangeiras aplicadas e cria conteúdos na internet sobre ser poliglota. Nesse sentido, Mia sente que, constantemente, precisa provar aos outros seus conhecimentos, apresentando o seguinte exemplo:

“(...) eu tenho um vídeo falando todos os idiomas que eu sei falar, e o tanto de ódio que eu recebi simplesmente pelo fato de eu saber, sendo que várias vezes eu já vi vários outros homens fazendo vídeo, e nenhum é tipo, duvidado da capacidade (...)”.

Outro exemplo significativo foi apresentado por Paola, que está na graduação de um curso na área de ciências exatas, que é predominantemente composto por homens. A participante comentou sobre as dificuldades que vivenciou:

“esse é um fardo a ser compartilhado entre as mulheres do curso (...) e toda sala tinha pelo menos só duas, três mulheres, e era machismo atrás de machismo (...) era competição por nota, e os professores também não botavam fé nas mulheres e ficavam diminuindo mesmo qualquer opinião de mulher na sala”.

Estes trechos remetem à reprodução do sexismo nas práticas cotidianas, que opera na manutenção de fronteiras simbólicas rígidas e hierárquicas entre a masculinidade e a feminilidade. Estas fronteiras delimitam simbolicamente os espaços físicos e sociais destinados aos homens e às mulheres, como, por exemplo, cozinha para mulheres, bares para homens (Madureira, 2018). No exemplo apresentado, referente à participante Mia, pode-se pensar que ela está confrontando essas fronteiras simbólicas rígidas (sexismo), por exemplo, pelo fato de compartilhar seus conhecimentos. Consequentemente, esse ódio recebido se configurou como uma tentativa de diminuí-la, “colocá-la em seu lugar” como mulher.

Já no tocante à bifobia, Mia relata que:

“(...) eu sinto assim que tem uma maior aceitação o homem gay, a mulher lésbica também, assim, eu sinto mais uma aceitação porque é como se eles tivessem escolhido, e para a gente (mulheres bissexuais) tem que ficar provando o tempo todo, o tempo todo, o tempo todo que somos bissexuais”.

Neste trecho, Mia reflete sobre a dificuldade de a sociedade aceitar pessoas que têm desejos por mais de um gênero, enquanto outros têm desejos voltados para um gênero. Embora a orientação sexual não seja uma questão de escolha, vale lembrar que essa ideia é bastante presente no imaginário social. Em outras palavras, a bissexualidade, muitas vezes, não é reconhecida ou validada por pessoas de dentro e de fora da comunidade LGBTQ+, contribuindo, infelizmente, para a estigmatização e percepção negativa daquelas/es que não se encaixam na lógica binária – heterossexual ou homossexual, conforme discutido por Miskolci (2016). Dentre os motivos para tal estigmatização, estão as concepções de que pessoas bissexuais são confusas, que são promíscuas, entre outros equívocos (Rosa, 2017).

Estes equívocos vão na direção de que não é uma possibilidade legítima sentir atração e desejo por mais de um gênero. Como bem descreve Moschkovich (2021), a bissexualidade é uma forma de experienciar a sexualidade baseada na simultaneidade, expressa como “eu gosto disso e disso, e disso, e disso, e disso...” (p.31). Essa adição, potencialmente infinita, possibilita uma diversidade de desejos, práticas, identidades, etc. Em poucas palavras, a bissexualidade nega a heteronormatividade e o binarismo em relação ao desejo e os termos que pautam esse sistema.

Sobre as mulheres lésbicas e bissexuais especificamente, a fetichização foi uma característica destacada, como na seguinte fala de Gabriela:

“eu acho que a mulher sempre fica no lugar de fetichização sabe (...), acho que o relacionamento entre mulheres lésbicas e bissexuais são mais desvalidados pelas pessoas, e tem essa questão (...) de que aquilo é um fetiche (...) e que aquilo não é um relacionamento sério”.

Essa fala remete à discussão sobre as lésbicas que apresentam uma performance mais ou menos coerente com os estereótipos de gênero e como o machismo as atinge de maneiras diferentes. Sobre estas últimas, muitas vezes, referidas por termos como ‘caminhoneiras’, ‘sapatão’, entre outros, são as que mais sofrem violências físicas e verbais, por exemplo, estupros corretivos e agressões públicas, porque ‘querem ser homens’ (Junqueira, 2010; Takazaki, 2021). Pode ser exemplificado pela vivência de Paola, uma mulher ‘fora dos padrões’ femininos. Conta que em uma noite, andando com a namorada na rua, um homem tirou uma arma do bolso *“e falou assim ‘ó, vocês não vão poder fazer mais isso não’”*. A participante conta que *“foi uma intimidação mais por a gente ser mulher do que... por qualquer outra coisa, porque ele se sentiu à vontade para fazer isso”*.

Em relação à fala da participante Gabriela, a fetichização aparece como outro tipo de agressão mais comum para as que performam feminilidades, por exemplo, pela pornografia lésbica/sexual produzida para homens (Takazaki, 2021). No imaginário machista brasileiro, os homens teriam “direito” de obter prazer das relações entre mulheres (Rosa, 2017), exemplificado pela fala de Mia:

“quando a pessoa descobre (que é bissexual), sempre uma das primeiras reações é ser convidada para um beijo triplo ou uma relação sexual a três, sempre com uma mulher (...) isso me incomoda muito... eu nunca sou colocada como protagonista (...), é sempre tipo, como objeto de satisfação de todos os gêneros”

Já na fala do psicólogo Flávio, as diferenças no que se refere ao tratamento entre homens e mulheres da comunidade LGBTQ+ estão relacionadas ao feminino:

“na prática eu penso que o nível de sofrimento do homem gay às vezes tende a ser maior do que o nível de sofrimento que a mulher lésbica. É que eu falo que tudo aquilo que se aproxima do feminino é malvisto socialmente e tudo aquilo que se aproxima do masculino é bem-visto socialmente (...) por exemplo, (...)uma pessoa mulher trans é muito complexo, (...) ser mulher na sociedade que nós estamos, ser uma mulher trans é um ato de muita coragem, você abre mão daquele lugar que é confortável, que a sociedade te acolhe (...)”

Pode-se identificar algumas contradições na fala do participante Flávio. Ele compara o nível de sofrimento de mulheres cis lésbicas ou bissexuais como menor do que o sofrimento de um homem gay, mas diz que a mulher trans sofre em um grau mais elevado que o de um homem gay, pois abre mão desse lugar confortável de ser homem. Então, poderia se fazer o questionamento de que, se homens gays ocupam esse lugar, há um paradoxo. Ele comenta, nesse sentido, sobre aquilo que se aproxima do feminino ser malvisto pela sociedade. Welzer-Lang (2001) discute que homens cujas sexualidades não correspondem a heteronormatividade são estigmatizados, acusados de serem “passivos” e ameaçados de serem associados e tratados como mulheres. Ou seja, não são considerados como “verdadeiros” homens.

Madureira e Branco (2012) argumentam que as fronteiras simbólicas que delimitam o que é compreendido como feminilidade e masculinidade são delimitadas a partir do que se espera de homens e mulheres, cujas fronteiras rígidas historicamente estabelecidas servem um papel estratégico na manutenção do sexismo. Dessa forma, reproduz a estrutura hierárquica entre homens e mulheres no cotidiano. Segundo as autoras, a transgressão dessas fronteiras é vista como uma ameaça.

Além disso, o sexismo não está presente apenas em homens, como o participante Flávio comenta sobre falas machistas comuns no meio gay, mas é reproduzido em diversas

situações sociais, institucionais e informais, por mulheres também. É interessante notar a diferença de percepção de Flávio em relação às outras participantes mulheres, cabe lembrar, como mencionado, que todos os participantes da pesquisa fazem parte da comunidade LGBTQ+. Dessa maneira, as identificações e vivências dos/as participantes possuem um impacto em suas percepções.

Enquanto homem gay, Flávio saiu de casa aos 19 anos, pois não era bem tratado naquele contexto, e relaciona sua história a história de outros homens gays que fazem o mesmo. Relata que por ser um homem branco, cis e gay, está sempre atento para não ter falas machistas que o meio gay reproduz, e que *“cada pessoa vai interagir de uma forma diferente, vem de vivências diferentes, e todos os sofrimentos têm que ser validados”*.

Diante disso, cabe esclarecer que não se trata de certas pessoas da comunidade LGBTQ+ sofrerem mais, pois cada vivência subjetiva é diferente, assim como o sofrimento que pode acompanhá-la. O que está em jogo é compreender as diferenças que existem no tratamento para com homens e mulheres, por serem homens e mulheres inseridos em uma sociedade e cultura específicas. Tais diferenças se expressam em uma maior ou menor situação de vulnerabilidade social.

Existem indicadores estatísticos que podem auxiliar na compreensão de uma maior vulnerabilidade vivenciada por certos indivíduos LGBTQ+. Por exemplo, os dados disponibilizados pelo dossiê da ANTRA de 2021 mostram que, no ano de 2020, foram registrados 175 casos de assassinatos contra travestis e mulheres trans em nosso país, número recorde até então¹⁸. Cabe mencionar mais uma vez, como feito anteriormente na Introdução da presente Monografia, que pessoas trans tem uma expectativa de vida de 35 anos¹⁹.

¹⁸ Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/05/boletim-001-2021.pdf>

¹⁹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>

As estratégias de desconstrução da homofobia devem estar integradas às estratégias de combate ao sexismo, visto que ambas se retroalimentam nas práticas informais e cotidianas (Madureira & Branco, 2012). Um dos exemplos trazidos pela participante Gabriela foi uma maior utilização da mídia para promover discussões, por exemplo, sobre saúde mental para além do contexto acadêmico.

De acordo com Madureira e Fonseca (2020), os processos educacionais ocorrem em contextos diversos, formais (como em escolas e universidades) ou não formais (como nas redes sociais e nas famílias). Nesse sentido, foi citado o perfil de Instagram da professora doutora em psicologia e pesquisadora, Valeska Zanello. Por meio desta ferramenta digital, ela discute saúde mental e gênero, abordando questões acadêmicas complexas em uma linguagem acessível e promovendo o diálogo com um público mais amplo.

5.2 Vivências do preconceito: o sofrimento psíquico em discussão

A LGBTfobia, vivenciada por muitos, se apresenta de diferentes formas, desde violências físicas a violências simbólicas. Isto é, tem implicações severas no que tange ao sofrimento psíquico, como ansiedade, depressão, medo, vergonha, entre outros (Madureira, 2000, citada por Madureira & Branco, 2007). O sexismo, enquanto fenômeno retroalimentado pela homofobia (Borrillo, 2009; Madureira & Branco, 2012, Junqueira, 2010), também é um preconceito que gera consequências para a saúde mental de muitas mulheres. A seguir, serão discutidas algumas das vivências desses preconceitos pelas participantes mulheres entrevistadas, assim como pelas psicólogas e psicólogo entrevistados.

As psicólogas Jana e Gabriela trouxeram pontos convergentes sobre a maneira em que a discriminação pela orientação sexual pode afetar a saúde mental dos indivíduos. O principal aspecto abordado pelas duas foi a autoestima. Assim, Gabriela menciona que muitos indivíduos LGBTQ+ podem se sentir incapazes, insuficientes, apresentar muitas autocriticas,

focar nas falhas, pensar que serão julgados, criar mecanismos de compensação para lidar com certas situações, dentre outros mecanismos. Tais pontos discutidos pela psicóloga estão em consonância com as manifestações clínicas mais comuns ligadas à homofobia internalizada, descritas por Borges (2009), variando de acordo com o grau de auto aceitação do indivíduo.

Nesse mesmo tópico, a psicóloga Jana reflete que a forma como a orientação sexual é compreendida, por exemplo, no contexto familiar, poderá impactar no desenvolvimento da autoestima dos indivíduos. É importante entender se houve repressão, ou não permissão de o indivíduo se expressar de acordo com sua orientação sexual, e como tais experiências afetaram a saúde mental e a vida.

Essas falas estão de acordo com a discussão tecida por Borges (2009), na qual esclarece que indivíduos que apresentam variações em relação aos padrões socialmente esperados (masculino/feminino) estão sujeitos a serem alvos de críticas, castigos e até abusos – físicos, emocionais e/ou sexuais. Por não compreenderem os motivos de serem tratados dessa forma, internalizam que existe algo de “errado” com eles. À medida em que crescem, tendo maior esclarecimento da natureza afetivo-sexual de sua diferença, sentimentos de culpa e vergonha se juntam aos sentimentos de medo, configurando o núcleo da homofobia internalizada (Borges, 2009).

Além disso, muitas vezes, os indivíduos LGBTQ+ precisam esconder sua orientação sexual em diversos contextos de suas vidas, seja para familiares, amigos, colegas de trabalho, entre outros, o que pode trazer imenso sofrimento psíquico. Este fenômeno é conhecido como “estar no armário”, enquanto “sair do armário” refere-se “assumir-se” para outras pessoas, que está intimamente ligado ao desenvolvimento de uma identidade sexual. Borges (2009) discute que ser gay, lésbica ou bissexual não significa apenas se relacionar afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo, mas principalmente se reconhecer como tal e, em alguma medida, se identificar com este grupo.

Buscando entender melhor sobre essa questão, foi perguntado às participantes mulheres se elas já tiveram ou tem que esconder sua orientação sexual, e como lidam com isso. Um ponto em comum identificado foi as/os amigas/os próximas/os saberem sobre a orientação sexual, o que remete à importância de uma rede de apoio que possam recorrer, conforme proposto por Silva (2017). Na pesquisa em questão (Silva, 2017), buscou-se compreender de maneira mais aprofundada os efeitos da homofobia na construção das identidades sexuais não-hegemônicas e o papel da/o psicóloga/o na promoção da saúde. A autora destaca a importância da construção de vínculos empáticos e redes de apoio dos indivíduos LGBTQ+, além da possibilidade de estar em espaços acolhedores para ajudá-los durante o processo de autoconhecimento e auto aceitação.

Mia comenta que existem pessoas que a conhecem e sabem que ela é bissexual, e outras pessoas a conhecem e não sabem. Neste último caso, para ela *“é muito chato essa questão de não poder ser você mesmo, é como se... (...) tipo assim eu tenho um segredo... é complicado, me sinto menos livre, me sinto menos eu mesma”*. Percebe-se que essa falta de liberdade gera um sofrimento psíquico para a participante, fazendo-a sentir que tem de esconder sua orientação sexual todo dia em sua casa, para os pais. Este ponto está relacionado com a discussão proposta por Madureira e Branco (2007), sobre a criação de uma rede intrincada de ditos e não-ditos pela pessoa de identidade sexual não-hegemônica, para administrar quem sabe ou não sobre sua orientação afetivo sexual. Tal mecanismo, diversas vezes, requer um investimento pessoal gerador de intenso sofrimento psíquico.

No entanto, ela afirma que seria pior se sua família soubesse. Além disso, seus pais: *“sempre ficam colocando esperança de que eu vou arrumar um namorado”*.

A heterossexualidade presumida por parte dos pais da participante Mia é uma forma de violência sutil. Em outras palavras, ao presumir que Mia é heterossexual, seus pais

acreditam que não existem outras possibilidades, e torna mais difícil a expressão e reconhecimento de outras orientações sexuais como legítimas.

Já Letícia, por sua vez, se entendia como bissexual desde a época do ensino médio até recentemente (cerca de um ou dois anos atrás), mas hoje compreende que é lésbica. Estudou em um colégio de freiras em uma cidade de interior e depois se mudou para uma cidade maior e, conseqüentemente, mudou de escola. Ela relata que escondeu sua orientação sexual durante toda a adolescência na escola, quando sabia que sentia atração por outras mulheres, mas não entendia o que sentia por homens, e, portanto, não tocava nos assuntos de beijos ou pessoas que sentia atração física, afetiva e/ou sexual com ninguém, nem mesmo tentava se relacionar com outras pessoas em um sentido sexual e/ou romântico.

Vale enfatizar que a escola é um dos espaços mais difíceis para indivíduos conseguirem “assumir” que são homossexuais ou bissexuais, pois a homossexualidade é negada e ignorada, não abrindo espaço para que adolescentes assumam seus desejos, sem culpa ou vergonha (Louro, 1999).

Ao perguntar como ela se sente em relação a esconder que é lésbica (e namorar uma mulher) nos dias de hoje, diz que *“tipo eu sei... eu tenho consciência que não tô fazendo nada de errado, mas ainda é, pra mim, como se eu tivesse fazendo algo errado”*. Tal fala remonta à homofobia internalizada, como é discutido por Castañeda (2017) “a maioria dos homossexuais na sociedade atual, mesmo aqueles que se aceitem como tais, carrega em si um conflito existencial permanente (...)” (p. 143).

Outro ponto importante abordado foi se as participantes já se sentiram, de alguma maneira, discriminadas no ambiente psicoterapêutico. É preocupante que existam alguns/mas profissionais da psicologia, sobretudo psicólogos/as clínicos/as, que tenham falas ou práticas discriminatórias e violentas, baseadas em valores morais e/ou religiosos próprios, não realizando uma prática profissional fundamentada em teorias científicas (Vanazzi, 2021).

Nesses casos, um ambiente que deveria ser acolhedor se torna um ambiente gerador de maior sofrimento psíquico.

Nesse sentido, as/os psicoterapeutas devem investir em seu autoconhecimento e se permitir questionar sobre suas crenças pessoais, religiosas/espirituais, entre outras, evitando que seus próprios preconceitos tenham efeitos danosos em sua atuação profissional. Assim, atuarão em consonância com o compromisso ético da Psicologia, enquanto ciência e campo de atuação profissional, de colaborar com a promoção da saúde e do bem-estar das pessoas.

Letícia exemplifica algumas situações nas quais se sentiu bastante violentada no ambiente psicoterapêutico. A primeira, com 15 anos, ocorreu quando estava fazendo psicoterapia com outra profissional e falava abertamente sobre suas atrações por mulheres. Em diversos momentos, a profissional trouxe o tópico ‘Deus’ e a aconselhava a ler versículos da Bíblia. Em determinada sessão, ela fez ‘hipnose’ e leu versículos da Bíblia para Letícia. Ela relata: *“eu fiquei totalmente travada (...), pedi pra ela parar e aí não fui mais (...) foi bem traumático e depois disso eu passei muito tempo sem querer fazer terapia”*.

Depois do ocorrido, a participante passou algum tempo sem psicoterapia, e iniciou uma análise com uma psicanalista há três anos, aproximadamente. Conta que demorou para compreender que tinha ‘um problema’ com sua sexualidade. Letícia se encontrava insatisfeita em seu relacionamento (na época, namorava com um homem). Mesmo após terminar o relacionamento e tentar sair com outros homens, ela não gostava de nada ao se relacionar com eles. Pelo contrário, precisava beber para se embriagar rapidamente, chegava a voltar para sua casa com eles e não conseguia fazer sexo, pedia para parar. Enquanto com mulheres, se divertia, não precisava beber e se sentia satisfeita em relação ao sexo.

Ela reflete que *“em nenhum momento ela questionou que poderia ser um ‘problema’ com a minha sexualidade, tipo, isso não foi uma hipótese que ela trouxe (...)”*. Essa fala remete à discussão de que faz parte do trabalho das/os psicoterapeutas conseguirem

identificar a homofobia internalizada como pano de fundo de dificuldades relacionadas à orientação sexual (como, por exemplo, confusão mental), para assim ajudá-los/las a perceber e reduzir os efeitos nocivos (Borges, 2009).

Quando essas questões surgiram no momento da entrevista, foi perceptível que ela estava, em alguma medida, se contendo em suas respostas, como na seguinte fala: *“aí ela (a psicóloga) (...) falou que não era para eu ter essa visão extrema (...) que eu não deveria pensar assim, mas tipo eu acho que ela não deveria... (pausa longa)”*. Nesse momento, a pesquisadora achou necessário reforçar que ela deveria se sentir à vontade para dizer o que pensava, sem receios. Devido a temática da entrevista, é possível que tenha mobilizado a participante nesse sentido.

A partir dessa fala, a participante Letícia continuou com mais fluidez que vem pensando em parar de fazer análise com essa profissional. Ela comentou que: *“(...) eu tô um pouco travada assim com ela, pensando em sair, mas tipo muito grata por ela porque tipo se eu não tivesse feito a psicanálise, acho que eu não teria chegado nessa conclusão”*. A conclusão em questão é, finalmente, ter percebido que seu desejo é orientado para mulheres e que não deseja mais ter relações com homens. Ao refletir que não estava indo atrás do que deseja, e submetendo-se ao desejo do outro, em certo momento da análise, começou a se perguntar o que queria e o que desejava. A partir daí, compreendeu que desejava, de fato, mulheres, começando a se entender enquanto lésbica, e não mais bissexual.

No entanto, quando Letícia começou a relatar nas sessões *“olha, eu... eu acho que sou lésbica mesmo, acho que meu desejo é orientado em mulheres e eu não desejo ter mais relações com homens”*, a analista apresentou falas do tipo *“não define isso agora, isso pode mudar no futuro”*. Com a voz enfática, Letícia disse ter pensado: *“mas eu preciso definir isso agora, nós mulheres não somos ensinadas a definir isso”*.

Em outro momento, a participante também se sentiu violentada pelas falas da analista, exemplificando:

“eu tava expressando que (...) eu não posso ir numa padaria com minha namorada e segurar na mão sem que ter alguém (...) olhando pra mim com cara de nojo. Estava expressando essas dores, (...) que minhas amigas hétero não me chamam mais para sair, minha família não lida muito bem com isso, meu pai não fala direito comigo (...) ela falou tipo: olha uma hora você vai ter que aprender a não se importar”.

A participante expressou que ela gostaria que tivesse havido maior conforto e compreensão e, durante a sua fala, levemente emocionada, foi possível perceber que o modo simplista que a analista fez a pontuação foi algo extremamente doloroso.

É interessante observar que a participante, nos dois contextos, utiliza a palavra “travada”. Essa sensação de não poder seguir em frente está intimamente ligada ao que sofreu no ambiente terapêutico, que se tornou um ambiente violento e que não proporcionava abertura para a participante explorar mais a fundo suas questões, não apenas uma, mas repetidas vezes. Ela traz em sua fala uma preocupação importante, pois, naquele momento, ela estava certa de que é lésbica e tinha uma visão crítica, mas reflete que outra mulher que poderia estar no processo de descobrimento e autoaceitação *“poderia ouvir aquilo e continuar com a mesma dúvida (...) e não se definir como mulher lésbica, continuar se relacionando com homens, sem entender (...)”*

Outro exemplo foi abordado na entrevista, desta vez, por Mia, que relatou que, certa vez, na psicoterapia comentou ter ficado com um homem trans, e conta que sua psicóloga não sabia o que era um homem trans. Em outros momentos, Mia também notava que a profissional fugia do assunto referente à sexualidade, não aprofundava na questão e

focalizava em outros temas trazidos pela paciente. A hipótese de Mia é que isso ocorria por ela não ter esse conhecimento e pela falta de contato com vivências das pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQ+.

A participante Gabriela, psicóloga que trabalha com a Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), reflete que o fenômeno da LGBTfobia, infelizmente, faz parte da vida de indivíduos LGBTQ+ desde que nascem. Ela comenta *“é como se rotulassem um script pra gente seguir, de uma caixinha que é cis, heteronormativa, e que é machista”*.

Em termos de vivências da LGBTfobia, a psicóloga Gabriela comenta que não viu ou presenciou uma situação de muita violência e discriminação, mas que é algo visto todos os dias nas notícias. Mesmo considerando que o Brasil é um dos países mais violentos do mundo contra indivíduos LGBTQ+, nem sempre é tão claro ou admitido que certas violências são perpetuadas em razão da identidade de gênero ou da sexualidade.

No entanto, ela menciona que seus pacientes comentam, muitas vezes, terem presenciado esse tipo de situação. Em relação à sua vivência enquanto mulher bissexual que já namorou uma mulher e, atualmente, namora um homem trans, relata sentir muita diferença de tratamento, pois, para a sociedade, ela está em um relacionamento heterossexual, o que é socialmente aceito. Ela contou que, comparando as vivências de namoro com uma mulher e um homem trans, que consegue passar²⁰ por um homem cis, é muito mais bem tratada ao entrar em uma loja de roupas, por exemplo, do que quando estava com sua ex-namorada.

A relação entre preconceito e discriminação integra as esferas da ação, cognição e da emoção. Em poucas palavras, o preconceito não está ancorado apenas em uma determinada forma de organizar a compreensão sobre nós mesmos e o mundo social que estamos inseridos. Assim, Madureira e Branco (2012) discutem que a desconstrução de preconceitos

²⁰ *Transgender passing* ou “passabilidade”: é a possibilidade de uma pessoa ser socialmente reconhecida como membro de um grupo ou categoria identitária diferente da sua (Ciasca, Hercowitz & Junior, 2021)

não é uma tarefa fácil, pois não é simplesmente vencida com argumentos racionais ou provas empíricas. Portanto, é importante lembrar que os aspectos afetivos são importantes para discutir a homofobia, bem como a desconstrução de preconceitos, nomeadamente, a lesbofobia, a bifobia e o sexismo.

5.3 Os processos psicoterapêuticos na desconstrução de preconceitos e no fortalecimento psíquico de indivíduos

Considerando que os preconceitos podem causar sofrimento psíquico nos indivíduos, como abordado previamente, é necessário aprofundar a compreensão de como os processos psicoterapêuticos podem contribuir na desconstrução dos preconceitos.

Todas as participantes da pesquisa afirmaram que a orientação sexual já foi uma temática abordada na psicoterapia. Paola relatou que começou a se entender como mulher lésbica aos 16 anos. Nesse período, sentiu necessidade de superar as barreiras familiares de contar para os pais, que hoje a aceitam e mantêm uma boa relação com sua namorada. Nesse sentido, os assuntos da psicoterapia não eram direcionados para a auto aceitação, mas sim para as maneiras que ela se relacionava com as mulheres, e de como ela se sentia realizada por ser quem ela era. Atualmente, a participante se vê mais aberta para que saibam sobre sua orientação sexual e para contar que namora uma mulher, seja no ambiente de trabalho ou em situações de conhecer pessoas pela primeira vez.

Já para Luiza, a psicoterapia teve papel essencial para lidar com a família e experimentar relações novas, quando percebeu que seu desejo era voltado para além do gênero masculino e que existia a possibilidade de se relacionar com mulheres, aos 13 anos. Ela comenta que:

“eu realmente não sei como é que teria sido elaborar tudo isso sozinha, não ter um espaço seguro para compartilhar essas coisas, e elaborar, e tentar entender o que fazer com isso, e quando, e como [...] eu penso muito [...] como um espaço que me ajudou a me permitir mesmo viver as coisas”.

Em relação ao impacto da terapia relacionado à identidade de gênero, Letícia traz que sua análise teve impactos no sentido de levá-la a entender melhor as diferenças de tratamento entre homens e mulheres, principalmente no ambiente de trabalho, e maneiras de lidar com essas questões. Ela trabalha como jornalista e conta que, não raro, os homens em seu trabalho são aplaudidos de pé pelas matérias que escrevem. As mulheres, pelo contrário, apenas recebem feedbacks se forem ao escritório do chefe para pedir.

Buscando articular as falas de Jana e de Gabriela, elas comentam que, sobretudo com suas pacientes mulheres, desde cedo muitas delas acabam aprendendo a ficarem em segundo plano, no sentido de tentar agradar os outros o tempo inteiro, a serem cuidadoras e responsáveis. Nesse sentido, o ambiente terapêutico se torna um espaço de desconstrução dessas ideias e da culpa que também se torna bastante presente ao redor dessas questões.

A psicoterapia pode contribuir para o fortalecimento da subjetividade de pessoas que se encontrem em conflito com suas identidades sexuais não-hegemônicas, auxiliando-as a lidarem subjetivamente com a homofobia (Vanazzi, 2021). Em consonância com esta discussão proposta por Vanazzi (2021), nos relatos das/os psicólogas, o fortalecimento psíquico é um dos pontos importantes para trabalhar com as/os pacientes que vêm sofrendo, de alguma maneira, com o preconceito. A participante Jana traz a seguinte metáfora:

“(...) eu costumo brincar com eles (pacientes) assim, é como uma imunidade que a gente tem que criar né, [...] como não tem uma vacina pra resiliência e pro enfrentamento de preconceito [...]”

Nesse ponto, ela discute a importância de encontrar espaços de fortalecimento psíquico para que a/o paciente se sinta pertencente a comunidade LGBTQ+, conseguindo enxergar sua normalidade e singularidade dentro de um grupo, em consonância com a discussão previamente mencionada por Castañeda (2017).

Ao perguntar para os psicólogos de que maneira percebem que a psicologia clínica pode ajudar na desconstrução de preconceitos, Flávio traz em suas falas duas atitudes importantes para sua prática profissional. A primeira é levar as próprias questões internas para a terapia, *“não vou dizer que sou uma pessoa isenta de preconceito não, mas sempre que eu percebo, estou disposto a melhorar”*. A segunda é *“não usar o mundo do outro e nem usar nossa vivência para medir a subjetividade do outro”*.

Percebe-se, a partir daí, uma tentativa verdadeira do psicólogo Flávio para promover uma escuta ética, atenta e reflexiva para seus pacientes. Moleiro e Pinto (2009) sugerem que a competência de psicoterapeutas para trabalhar com indivíduos pertencentes a diferentes grupos sociais se sustenta por meio de três dimensões: (a) da consciência de suas crenças, valores e preconceitos; (b) do conhecimento sobre grupos minoritários, seus valores, práticas, processos de discriminação e estigmatização, modelos de aculturação e desenvolvimento da identidade; e (c) de competências específicas para avaliar e intervir ética e eficazmente com esta população, como, por exemplo, procurar supervisão específica acerca da temática LGBTQ+.

A psicóloga Gabriela, por sua vez, reflete que seu trabalho de intervenção e tratamento clínico é realizado com acolhimento, uma ferramenta poderosa de suporte

emocional para o/a paciente. Além disso, comenta que é necessário trabalhar outras questões importantes, que podem variar para cada indivíduo. Dentre essas, é necessário desconstruir crenças limitantes ligadas ao preconceito internalizado, fortalecer a autoestima e a visão positiva de si, para que aquela pessoa possa conseguir sair de lugares violentos, em que não sente que pode ser ela/ele mesma/o.

Outra questão importante foi sobre uma suposta postura ou suposto olhar de neutralidade da/o psicóloga/o. Gabriela e Jana pontuam que, nesse sentido, é impossível serem neutras, aspecto que pode ser exemplificado pelas falas de Gabriela e de Jana:

“eu gosto também de me colocar pros meus clientes um pouquinho de mim sabe, pra eles se sentirem confortáveis e se identificarem comigo também (...) quando você tá ali com uma pessoa (um/a psicólogo/a) que só fica te olhando e não fala nada, não demonstra nada, eu acho que não ajuda (...)” (Gabriela)

“não tem assim ‘ah, to aqui te interpretando e pensando mil coisas sobre ti, e não te comunicando’” (Jana)

Gabriela pontua que o vínculo é o primeiro passo para construir um processo psicoterapêutico, e isso se dá a partir da identificação, do estar à vontade. Ela ressalta:

“não que você precise ser LGBT para trabalhar com pessoas LGBT, não é isso, até porque você não precisa ter tido depressão para trabalhar com pessoas com depressão [...] somos seres humanos trabalhando com seres humanos [...] com questões sociais, políticas, culturais [...], é impossível a gente ocupar uma posição de neutralidade”

As psicólogas e o psicólogo abordaram pontos importantes sobre a formação em psicologia. Flávio e Gabriela reforçaram que a aproximação com os temas LGBTQ+ foi de interesse próprio, “[...] por ser LGBT eu sempre procurei coisas que eram do meu interesse

[...]” (Flávio), ou “[...] *consegui estudar sobre [...] porque desde o início eu me interessava, porque também me toca [...]*” (Gabriela).

É necessário refletir sobre essas falas, visto que os cursos de graduação em psicologia não são apenas compostos por indivíduos LGBTQ+, e a lacuna dessa temática na formação em psicologia perpetua o distanciamento e a falta de contato por parte de muitos/as estudantes. É importante que tenham mais disciplinas voltadas para questões sociais, visto que é um recorte importante e invisibilizado. No entanto, vale atentar para o esforço de que sejam realizadas de maneira ética e responsável.

Ao contrário, há o risco de cair em um discurso bastante propagado em tempos recentes, que prega o respeito à diversidade e à inclusão, mas ignora questões fundamentais, como as exemplificadas acima. Ou ainda, os conteúdos podem ter aspectos desatualizados, preconceituosos, que descumprem o Código de Ética Profissional do Psicólogo, configurando um sério problema. Além disso, os cursos de graduação em psicologia podem se beneficiar de mais incentivo para debates, leituras que abordem o feminismo e questões de gênero e sexualidade.

Gabriela pontua sobre a importância de pensar nos segmentos quando se trata de LGBTfobia, ou seja, pensar em cada letra da sigla LGBTQ+, pois entende que *“são marcadores diferentes né, então a gente tem que estudar essas singularidades para entender como o preconceito funciona, sabe?”*

Em consonância com algumas falas das/os psicólogas/os, a psicoterapia pode ser um espaço acolhedor e promotor de saúde, conforme é estabelecido no Código de Ética Profissional do Psicólogo (CFP, 2005), em que o profissional de Psicologia “trabalhará visando promover a saúde e qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá na eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (CFP, 2005, p. 7).

Foi uma visão compartilhada pelos/as psicólogos/as entrevistados/as que a psicologia clínica por si só não consegue dar conta de tudo, como bem pontuou Jana: *“ela é solitária”*. Ao ter atuado no Sistema Único de Saúde (SUS) durante muitos anos, ter um atendimento em conjunto com uma equipe multidisciplinar faz total sentido para ela, e aumenta suas perspectivas.

O psicólogo Flávio também destacou que acredita muito na importância do trabalho multidisciplinar no atendimento com pacientes LGBTQ+, e reflete *“eu sou muito humilde assim de falar ‘até aqui eu vou, [...] tenho competência para isso’, ‘esse campo não é meu’, mas não vou deixar o caso, vou buscar pessoas que podem contribuir comigo [...]”*.

Ainda, Gabriela trouxe que não se deve esquecer que, na clínica, deve-se considerar que aquele indivíduo em atendimento não está sozinho, mas sim inserido em um contexto, isto é, pensar na rede de apoio total daquela pessoa. No mais, comenta que não é incomum em sua prática trabalhar com a família, no sentido de acolher, orientar, trabalhar com conflitos e dificuldades de comunicação que possam existir. Como ela bem pontua *“a clínica não tem que ser individualizada”*.

Nesse sentido, a psicologia clínica, enquanto campo de atuação, tem tido intensas e significativas transformações nos últimos anos. Entre essas, é possível enfatizar que o fazer clínico leva em consideração o contexto social no qual o indivíduo está inserido. Essa construção funciona como uma ferramenta poderosa, de maneira a permitir uma visão mais abrangente sobre a vivência dos pacientes que chegam à clínica (Dutra, 2004). Pela diversidade cultural presente na sociedade cada vez maior, associada à natureza essencialmente interpessoal do processo de psicoterapia, novos desafios têm sido colocados para as/os psicoterapeutas, conforme discutido por Dutra (2004).

Assim, observa-se o aumento da busca de psicoterapia em geral²¹, e especificamente por indivíduos da população LGBTQ+ (Moleiro & Pinto, 2009), associado a uma frequência elevada de experiências de discriminação, decorrentes da homofobia nos mais diversos contextos sociais. Fatores como esse colocam a população LGBTQ+ em maior risco de problemas relacionados à saúde mental (Moleiro & Pinto, 2009). Portanto, a questão clínica voltada à população LGBTQ+ cada vez mais ganha destaque, tornando-se necessário a continuidade de discussões éticas e problematizações nessa temática (Toledo & Pinafi, 2012), para que essa população seja atendida com a qualidade, o respeito e a responsabilidade ética que merecem.

²¹ Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2020/07/crescem-busca-por-terapia-e-numero-de-projetos-envolvendo-o-tema/>

Considerações Finais

Considerando que o Brasil é um dos países mais violentos contra a população LGBTQ+ no mundo, faz-se necessário discutir sobre este problema na formação em psicologia. Uma das vias para a desconstrução de preconceitos se dá a partir do diálogo. A partir da necessidade de falar mais sobre preconceitos, sobretudo aqueles sofridos pelas mulheres, foi pensado no recorte analítico da presente pesquisa, uma vez que são histórica e culturalmente invisibilizadas e silenciadas.

O objetivo da presente pesquisa foi investigar como os processos psicoterapêuticos podem contribuir com a desconstrução da bifobia, da lesbofobia e do sexismo. Mais especificamente: a) analisar as perspectivas de mulheres lésbicas e bissexuais acerca das experiências que tiveram em psicoterapia sobre as suas vivências em relação à sua orientação sexual e identidade de gênero; e b) analisar as perspectivas de mulheres lésbicas e bissexuais, bem como psicólogas/os clínicas/os, sobre como a psicoterapia pode contribuir na desconstrução de preconceitos, como a lesbofobia, a bifobia e o sexismo.

A partir das falas das participantes e do participante, foi possível pensar nos processos psicoterapêuticos como meio de fortalecimento psíquico de indivíduos, sendo, em termos metafóricos, como uma “vacina” para os preconceitos (a homofobia, o sexismo, dentre outros), já que não existe uma imunidade contra estes. Além disso, o acolhimento é uma ferramenta poderosa, e junto ao vínculo, pode promover um espaço de escuta ética.

É importante enfatizar as redes de apoio de indivíduos LGBTQ+ e pensar em termos multidisciplinares quando se trata de atender na clínica. Deve-se pensar em amigos, família, escola, e, quando necessário, outros profissionais da saúde. Faço um destaque para o Sistema Único de Saúde - SUS, que além de fundamental para a população brasileira em geral, é igualmente importante para a população LGBTQ+. Viva o SUS!

Não podemos esquecer que o contato com aquilo que é “diferente” também é essencial para a discussão dos preconceitos. A partir disso, se constroem diálogos, discussões, desentendimentos e entendimentos. É importante lembrar que não estamos em busca de um mundo onde inexistam distintas opiniões, pois isso é sequer imaginável ou desejável. Mas, por outro lado, um mundo real, com mais respeito, direitos e equidade significa mais vida. Mulheres lésbicas, bissexuais, heterossexuais, trans, cis, precisam ser vistas e reconhecidas.

Este trabalho foi realizado com participantes de faixas etárias relativamente limitadas. E, ainda, as psicólogas e o psicólogo fazem parte da comunidade LGBTQ+, portanto, pesquisas futuras podem buscar participantes de diferentes faixas etárias e heterossexuais.

Nesse sentido, é preciso que se fale e se conheça mais sobre a realidade das pessoas LGBTQ+ na formação em psicologia. Das vivências, das especificidades, do preconceito, criando espaços seguros para repensar as próprias crenças. Isso é imprescindível, pois podemos contribuir muito com nosso trabalho, mas de nada adianta se causarmos ainda mais sofrimento psíquico. Ainda temos muito caminho a trilhar para uma sociedade mais justa e igualitária, mas felizmente podemos olhar para frente. Olhar para uma infinidade de transformações possíveis, sonhar com elas, e realizá-las.

Referências Bibliográficas

- Almeida, T. M. C. (2014). Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. *Revista Sociedade e Estado*, 29(2), 329-340.
- American Psychological Association. Disponível em:
<https://www.apa.org/topics/lgbtq/sexual-orientation> Acesso em: 20/09/2021
- Antunes, P. P. S. (2016). Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo.
- Baére, F., & Zanello, V. (2020). Suicidal behavior in women of diverse sexualities: silenced violence. *Psicologia Clínica*, 32(2), 335-353. Disponível em:
<https://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0032n02A07>
- Borges, K. (2009). *Terapia afirmativa: uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais*. Edicoes GLS.
- Borrillo, D. (2009). A homofobia. Em Lionço, T. & Diniz, D. (Orgs), *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio* (pp. 15-46). Brasília: LetrasLivres / Editora da Universidade de Brasília.
- Castañeda, M. (2007). A experiência homossexual: explicações e conselhos para os homossexuais, suas famílias e seus terapeutas. Tradução de Brigitte Hervot e Fernando Silva Teixeira Filho. São Paulo: A Girafa
- Ciasca, S. V., Hercowitz, A. & Junior, A. L. (2021). *Saúde LGBTQIA+: práticas de cuidado transdisciplinar*. Editora Manole.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). *Resolução CFP Nº 1/99 de 23 de março de 1999*.
Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação

sexual. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf.

Conselho Federal de Psicologia (2005). Código de ética profissional do psicólogo. Brasília, DF.

Dutra, E. (2004). Considerações sobre as significações da psicologia clínica na contemporaneidade. *Estudos de psicologia*, 9(2), 381-387.

Fonseca, J. V. C. (2018). Corpos (In)desejáveis : O Fenômeno da Transfobia a partir da Perspectiva de Pessoas Trans e Psicólogos. Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Psicologia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil.

Franco, N. & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Estudos Feministas*, 23(2), 325-346. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n2/0104-026X-ref-23-02-00325.pdf>

Freitas, L. G. D., Santos, B. R. D., Santos, L. D. S., & Silva, E. V. D. (2021). Quando ser menina é ruim: percepções de gênero em crianças e adolescentes. *Psicologia & Sociedade*, 33.

Fuchs, J. J. B., Hining, A. P. S., & Toneli, M. J. F. (2021). Psicologia e cisnormatividade. *Psicologia & Sociedade*, 33.

Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2018). Relações entre preconceito e crenças sobre diversidade sexual e de gênero em psicólogos/as brasileiros/as. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38, 744-757.

Gomes, R. (2016). Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 72-95). Petrópolis – RJ: Vozes.

González Rey, F. L. (2005). *Pesquisa qualitativa e subjetividade: os processos de construção da informação*. Editora Pioneira Thomson Learning.

GRUPO GAY DA BAHIA. População LGBT morta no Brasil – Relatório 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/> Acesso em: 01/09/2020.

Jesus, J. G. (2012). *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Goiânia: Ser-Tão/UFG.

Jesus, J. G. (2016). Operadores do direito no atendimento às pessoas trans. *Rev. Direito & Práxis*, 7(15), 537-556

Junqueira, R. D. (2010). Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico. *Espaço do currículo*, 2(2), 208-230.

Lionço, T. (2017). Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37 (núm. esp.), 208-223.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe1-0208.pdf>

Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica.

Madureira, A. F. A. (2013). Psicologia Escolar na contemporaneidade: construindo “pontes” entre a pesquisa e a intervenção. In E. Tunes (Org.), *O fio tenso que une a Psicologia à Educação* (pp. 55-73). Brasília: UniCEUB. Disponível em:

<https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/4409/4/Web%20O%20FIO%20TENSO%20QUE%20UNE%20A%20PSICOLOGIA%20C3%80%20EDUCA%20C3%87%20C3%83O%20Elizabeth%20Tunes.pdf>

- Madureira, A. F. A. (2018). Social Identities, Gender, and Self: Cultural Canalization in Imagery Societies. In A. Rosa & J. Valsiner (Eds.), *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology* (pp. 597-614). Cambridge – UK: Cambridge University Press.
- Madureira, A. F. A. (2007). The psychological basis of homophobia: Cultural construction of a barrier. *Integrative Psychological and Behavioral Science*, 41(3), 225-247.
- Madureira, A. F. A & Branco, A. U. (2001). A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas. *Temas em psicologia da SBP*. 9(1), 63-75.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2007). Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(1), 81-90. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n1/a10v23n1.pdf>
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. (2012). Diversity and inclusion as central values in the construction of a democratic world. In A. U. Branco & J. Valsiner (Eds.), *Cultural psychology of human values* (pp. 195-235). Charlotte: Information Age Publishing.
- Madureira, A. F. A. & Barreto, A. L. C. S. (2018). Diversity, Social Identities, and Alterity: Deconstructing Prejudices in School In: A. U. Branco & M. C. S. L. Oliveira (Eds.), *Alterity, Values, and Socialization: Human Development Within Educational Contexts* (pp. 167-190). Cham - Switzerland: Springer International Publishing.
- Madureira, A. F. A.; Barreto, A. L. C. S. & Paula, L. D. (2018). Educação, política e compromisso social: desconstruindo o mito da neutralidade pedagógica. Em E. Tunes (Org.), *Desafios da educação para a psicologia* (pp. 137-153). Curitiba: CRV.

- Madureira, A. F. A. & Fonseca, J. V. C. (2020). A Escola na Prevenção da Violência: a Transfobia em Discussão. Em I. L. Fuhr (Org.), *Na Escola e na Vida Cotidiana* (pp. 97-110). Curitiba: CRV.
- Madureira, A. F. A.; Holanda, J. M. G. B.; Paula, L. D. & Fonseca, J. V. C. (2021). Gênero e Sexualidade na Escola: Processos Identitários, Diversidade e Preconceito na Perspectiva da Psicologia Cultural. Em A. F. A. Madureira & J. Bizerril (Orgs.), *Psicologia & Cultura: Teoria, Pesquisa e Prática Profissional* (pp. 202-237). São Paulo: Cortez.
- Minayo, M.C.S. (2006). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 9ª ed. rev. e aprimorada. São Paulo: Hucitec.
- Minayo, M. C. S. (2016). O desafio da pesquisa social. Em M. C. S. Minayo (Org.), *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (pp. 9-28). Petrópolis – RJ: Vozes.
- Moschkovich, M. (2021). *Ebisteme: Bissexualidade como epistemologia*. Linha Editorial: 1ª edição.
- Myers, D. G. (2014). Preconceito: desgostar dos outros. Em D. G. Myers, *Psicologia Social* (pp. 246-278). 10a ed. Porto Alegre: AMGH.
- Preciado, P. B. (2020). *Je suis un monstre qui vous parle : un rapport pour une académie de psychanalystes*. Bernard Grasset.
- Paula, L. D.; Holanda, J. M. G. B.; Barreto, A. L. C. S. & Madureira, A. F. A. (2018). Sexuality, Gender and Diversity in Schools: Different Voices. In: O. Enok & J. Rolf (Eds.), *Understanding Sexuality: Perspectives and Challenges of the 21st Century* (pp. 105-124). Hauppauge NY - USA: Nova Science Publishers.

- Pereira, A. S. L. S., Monteiro, M. B., & Camino, L. (2009). Estudo da validação das escalas de crenças sobre a natureza da homossexualidade e de preconceito contra homossexuais. *Laboratório de Psicologia*, 7(1), 21-32. <https://doi.org/10.14417/lp.683>
- Pérez-Nebra, A. R. & Jesus, J. G. (2011). Preconceito, estereótipo e discriminação. *Em C. V. Torres & E. R. Neiva (Orgs.), Psicologia social: principais temas e vertentes (pp. 219-237)*. Porto Alegre: ArtMed.
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 4(05).
- Rodrigues, A., Assmar, E. L. M., & Jablonski, B. (1999). *Psicologia Social*. 18ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Rosa, L. C. (2017). A LGBTfobia como Fenômeno Cultural e seus Impactos Psíquicos. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Psicologia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Santos, D. K. (2013). As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias à psicologia. *Revista EPOS*, 4(1), 00.
- Sedgwick, E. (2007). A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, 28, 19-54. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n28/03.pdf>
- Toledo, L. G. (2008). Estigmas e estereótipos sobre as lesbianidades e suas influências nas narrativas de histórias de vida de lésbicas residentes em uma cidade do interior paulista.

- Toledo, L. G., & Pinafi, T. (2012). A clínica psicológica e o público LGBT. *Psicologia clínica, 24*, 137-163.
- Vanazzi, B. M. (2021). A Psicologia Clínica diante do Fundamentalismo Religioso Cristão. Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Psicologia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista Estudos Feministas, 9*, 460-482.
- Zanello, V. (2014). A saúde mental sob o viés de gênero: uma leitura gendrada da epidemiologia, da semiologia e da interpretação diagnóstica. In: Zanello, V.; Andrade, A. P. M. (ed.). *Saúde mental e gênero: diálogos, práticas e interdisciplinaridade*, p. 41-58. Curitiba: Appris.

Anexos

Anexo A

Roteiro de entrevista

Grupo 1: Mulheres lésbicas e bissexuais

1. Inicialmente, eu gostaria que você me falasse um pouco mais sobre você (sua idade, profissão, o que gosta de fazer...).
2. Você vê ou sente alguma diferença, ou não, de tratamento para com homens que fazem parte da comunidade LGBTQ+ em comparação às mulheres que fazem parte dela? (Se sim, de que maneira?)
3. Para você, como é viver enquanto mulher na nossa sociedade?
4. Você já se sentiu discriminada por ser mulher em ambientes como na família, escola/faculdade/trabalho, igreja, ou entre amigos/as, ou não? (Se sim, como foi a ocasião? Como você se sentiu?)
5. Para você, como é viver enquanto lésbica/bissexual na nossa sociedade?
6. Como você lida com as pessoas que sabem sobre a sua orientação sexual? E com as pessoas que não sabem?
7. Você tem, ou já teve que esconder a sua orientação sexual, ou não? (Se sim, como foi a ocasião? Como você se sentiu?)
8. Sua orientação sexual já foi ou é um assunto que você já abordou na sua terapia, ou não? (Se sim, como foi a experiência? Como você se sentiu?)
9. Você já sofreu alguma discriminação por ser mulher ou por ser lésbica/bissexual no ambiente psicoterapêutico, ou não? (Se sim, como foi a ocasião? Como você se sentiu?)

10. A psicoterapia teve algum impacto na sua vida, relacionada à sua orientação sexual, ou não? (Se sim, qual impacto?)
11. A psicoterapia teve algum impacto na sua vida, relacionada à sua identidade de gênero, ou seja, enquanto mulher, ou não? (Se sim, qual impacto?)
12. Em sua opinião, como a psicologia pode contribuir com a desconstrução de preconceitos presentes na nossa sociedade?
13. Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

Grupo 2: Psicólogas/os clínicas/os

Primeiro bloco

1. Inicialmente, gostaria que você me falasse sobre seu trabalho, em termos gerais.
2. Como você avalia a sua formação profissional?
3. Sobre sua história profissional, o que você considera interessante e/ou significativo na sua atuação como psicóloga/o clínica/o?

Segundo bloco

4. Como você entende o fenômeno da LGBTfobia?
5. Se você presencia uma situação de LGBTfobia, como você se sente?
6. Você vê ou sente alguma diferença, ou não, de tratamento em relação às pessoas LGBTQ+ em comparação às pessoas heterossexuais e cisgênero? (Se sim, de que maneira?)

7. Você vê ou sente alguma diferença de tratamento, ou não, em relação aos homens gays e bissexuais em comparação às mulheres lésbicas e bissexuais? (Se sim, de que maneira?)
8. Em sua visão profissional e de acordo a abordagem psicoterápica que você utiliza, como ser discriminada/o em razão da orientação sexual pode afetar a saúde mental do sujeito?
9. Na sua atuação clínica, você se depara ou já se deparou com demandas de mulheres relacionadas a preconceitos que elas estavam sofrendo, ou não? (Se sim, como é ou foi para você lidar profissionalmente com essas demandas? Como você se sentiu?)
10. Em sua opinião, o que deveria ser feito para mudar a situação da discriminação sofrida pelas mulheres na nossa sociedade?
11. A partir da abordagem psicoterápica que orienta a sua atuação, como pode ser realizado o trabalho de intervenção e tratamento clínico frente a demandas de sofrimento psíquico associado à LGBTfobia?
12. Em sua opinião, você acredita que teve uma formação em psicologia que te preparou para atender demandas diversas, como as demandas referentes ao sofrimento psíquico associado à população LGBTQ+, ou não? (Se sim, de que maneira? Se não, quais são as suas sugestões no sentido do aprimoramento da formação em psicologia?)
13. Em sua opinião, como a psicologia clínica pode contribuir com a desconstrução dos preconceitos presentes na nossa sociedade, em especial a lesbofobia, a bifobia e o sexismo?
14. Você gostaria de acrescentar alguma coisa?

Anexo B
Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

**Potencialidades dos Processos Psicoterápicos na Desconstrução da Bifobia, da
Lesbofobia e do Sexismo**

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Pesquisadora responsável: Profa. Dra. Ana Flávia do Amaral Madureira

Pesquisadora assistente: Amanda Leite Alves

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a expressar a sua concordância.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

O objetivo deste estudo é investigar como os processos psicoterapêuticos podem contribuir com a desconstrução da bifobia, da lesbofobia e do sexismo.

- Você está sendo convidado(a) a participar exatamente por corresponder ao perfil de participante delimitado para essa pesquisa.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder uma entrevista individual virtual sobre o tema focalizado na pesquisa.
- O procedimento consiste em uma entrevista individual virtual. A entrevista será gravada em áudio, com o seu consentimento, para facilitar o posterior trabalho de análise.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui baixos riscos que são inerentes ao procedimento de entrevista.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista. Por exemplo, será esclarecido que não há respostas certas ou erradas em relação às perguntas que serão apresentadas e que é esperado que o(a) participante responda de acordo com as suas opiniões pessoais.

- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir com a construção de uma compreensão mais aprofundada acerca do tema investigado.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- O material com as suas informações (gravação em áudio da entrevista) ficará guardado sob a responsabilidade da pesquisadora assistente, Amanda Leite Alves, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e será destruído após a pesquisa.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UniCEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____ após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Brasília, 12 de Novembro de 2021.

Participante

Ana Flávia do Amaral Madureira

Celular: (61) 99658-7755, E-mail: ana.madureira@ceub.edu.br

Amanda Leite Alves

Celular: (61) 98160- 2862, E-mail: amanda.alves@sempreceub.com

Endereço dos(as) responsável(is) pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Endereço: SEP/707/907, Campus do UniCEUB

Bairro: Asa Norte

Cidade: Brasília - DF

CEP: 70790-075

Telefone p/contato: (61) 3966-1200

Anexo C

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Potencialidades dos Processos Psicoterapêuticos na Desconstrução da Bifobia, da Lesbofobia e do Sexismo

Pesquisador: Ana Flávia do Amaral Madureira

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 57071222.9.0000.0023

Instituição Proponente: Centro Universitário de Brasília - UNICEUB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.373.159

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas do arquivo Informações Básicas da Pesquisa e/ou do Projeto Detalhado.

O projeto de monografia prevê a utilização de uma metodologia de investigação qualitativa por intermédio de entrevistas individuais semiestruturadas feitas virtualmente com sete participantes de dois grupos.

No primeiro grupo, quatro dessas participantes devem ser da comunidade LGBTQ+, sendo duas mulheres lésbicas e duas mulheres bissexuais, que estejam ou que já estiveram em processo psicoterapêutico.

O segundo grupo deve ter três psicólogas/os clínicas/os, atuantes há, pelo menos, três anos que utilizam distintas abordagens psicoterápicas.

Como meio de recrutamento, a pesquisadora explica que "todas as participantes serão maiores de idade a serem selecionadas via rede interpessoal da pesquisadora "e não via Instituição". O trabalho não vai identificar as participantes.

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco E, sala 8.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3968-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 5.373.159

As entrevistas individuais semiestruturadas virtuais serão transcritas e interpretadas a partir de categorias analíticas temáticas, construídas após a transcrição das entrevistas.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto de monografia apresenta o seguinte objetivo: "Investigar como os processos psicoterapêuticos podem contribuir com a desconstrução da bifobia, da lesbofobia e do sexismo".

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisadora avalia que os riscos são "baixos" e "inerentes ao procedimento de entrevista". As entrevistas devem ocorrer virtualmente e será apresentada a "orientação de que não existem respostas certas ou respostas erradas e que é esperado que as participantes respondam de acordo com as suas opiniões pessoais".

Como benefícios, a pesquisadora defende que, por participar do estudo, as participantes poderão "colaborar com o desenvolvimento de uma compreensão mais aprofundada sobre a temática investigada".

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A respeito dos cuidados explicitados neste projeto de pesquisa do campo da psicologia, a equipe apresenta instrumentos de pesquisa que serão trabalhados com os dois grupos selecionados: quatro pessoas da comunidade LGBTQIA+ e três profissionais da psicologia de diferentes abordagens terapêuticas.

O roteiro das entrevistas está disponível no anexo A do projeto detalhado.

Para o primeiro grupo, foram trazidas 13 perguntas que são condizentes com o objetivo do trabalho e são, em nosso entender, plenamente justificadas.

Não obstante, há questões que devem envolver especial atenção da equipe pesquisadora, em relação a aspectos emocionais e íntimos das participantes, tais como a "(6) Como você lida com as pessoas que sabem sobre a sua orientação sexual? E com as pessoas que não sabem?" e a "(7). Você tem, ou já teve que esconder a sua orientação sexual, ou não? (Se sim, como foi a ocasião? Como você se sentiu?)".

Em relação às perguntas para o segundo grupo, o de profissionais psicólogas, há um total de 17

Endereço: SEPN 707907 - Bloco B, sala 8.205, 2º andar
 Bairro: Setor Universitário CEP: 70.790-075
 UF: DF Município: BRASÍLIA
 Telefone: (61)3968-1511 E-mail: csp.uniceub@uniceub.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB**



Continuação do Parecer: 5.373.159

questões que colhem dados sobre as posturas profissionais a respeito de eventuais demandas de atendimento de pessoas da comunidade LGBTQIA+. As perguntas são feitas para um público menos vulnerável e são apresentadas com o cuidado devido a essas profissionais.

Foi apresentado um TCLE para os dois grupos a serem pesquisados, o que não deve comprometer a compreensão sobre a participação no estudo.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram apresentados os seguintes documentos obrigatórios:

- 1) TCLE votado para os dois grupos a serem pesquisados;
- 2) Projeto postado na Plataforma BR;
- 3) Projeto detalhado (com os instrumentos de pesquisa); e
- 4) Folha de Rosto assinada.

Recomendações:

O CEP-UnICEUB ressalta a necessidade de desenvolvimento da pesquisa, de acordo com o protocolo avaliado e aprovado, bem como, atenção às diretrizes éticas nacionais quanto ao as Resoluções nº 446/12 e nº 510/16 CNS/MS concernentes às responsabilidades do pesquisador no desenvolvimento do projeto:

A responsabilidade do pesquisador é indelegável e indeclinável e compreende os aspectos éticos e legais, cabendo-lhe:

- I - apresentar o protocolo devidamente instruído ao sistema CEP/Conep, aguardando a decisão de aprovação ética, antes de iniciar a pesquisa, conforme definido em resolução específica de tipificação e gradação de risco;
- II - desenvolver o projeto conforme delineado;
- III - conduzir o processo de Consentimento e de Assentimento Livre e Esclarecido;
- IV - apresentar dados solicitados pelo CEP ou pela Conep a qualquer momento; manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
- V - encaminhar os resultados da pesquisa para publicação, com os devidos créditos aos pesquisadores associados e ao pessoal técnico integrante do projeto;
- VI - elaborar e apresentar os relatórios parciais e final;
- VII - apresentar no relatório final que o projeto foi desenvolvido conforme delineado, justificando,

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco B, sala B.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário

CEP: 70.790-075

UF: DF

Município: BRASÍLIA

Telefone: (61)3068-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE
BRASÍLIA - UNICEUB



Continuação do Parecer: 5.373.174

BRASILIA, 27 de Abril de 2022

Assinado por:
Marilia de Queiroz Dias Jacome
(Coordenador(a))

Endereço: SEPN 707/907 - Bloco 6, sala 6.205, 2º andar

Bairro: Setor Universitário **CEP:** 70.790-075

UF: DF **Município:** BRASILIA

Telefone: (61)3966-1511

E-mail: cep.uniceub@uniceub.br